

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("SABESP" ou "Companhia") é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, Cep 05429-900, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A nova visão da SABESP estabelece como objetivo ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, de forma sustentável e competitiva, com excelência no atendimento ao cliente.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 363 municípios do Estado de São Paulo, na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão, de programa e de prestação de serviços firmados por 30 anos. A Companhia possui dois contratos parciais com o município de Mogi das Cruzes, entretanto como a maior parte do município é atendida por atacado, o mesmo não foi considerado dentro dos 363 municípios. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía 365 contratos.

A SABESP não está operando temporariamente, em alguns municípios, por força de decisão judicial. Os processos encontram-se em andamento e são relativos aos municípios de Iperó, Cajobi, Álvares Florense, Macatuba e Embaúba, sendo que o valor contábil dos intangíveis desses municípios era de R\$ 11.351 em 31 de dezembro de 2013.

Encontram-se vencidos, em 31 de dezembro de 2013, 61 contratos de concessão, sendo que todos estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2014 e 2034 vencerão 38 contratos de concessão. A Administração prevê que todos os contratos de concessão vencidos e ainda não renovados, resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Até 31 de dezembro de 2013, foram assinados 266 contratos de programa e de prestação de serviços (em 31 de dezembro de 2012 – 258 contratos).

Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil do intangível utilizado nos 61 municípios em negociação totaliza R\$ 5.972.414, que representam 25,05% do total, e a receita bruta desses municípios totaliza R\$ 1.930.348 em 31 de dezembro de 2013, que representam 16,11% do total.

As operações da Companhia estão concentradas no município de São Paulo, que representa 51,75% da receita bruta em 31 de dezembro de 2013 (dezembro/2012 – 51,21%) e 42,46% do ativo intangível (dezembro/2012 – 43,51%).

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da lei. Além disso, atribui à SABESP exclusividade na prestação dos

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o “Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”. O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

- i. a proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
- ii. captação, adução e tratamento de água bruta;
- iii. coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e
- iv. adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar a de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2013 do município de Santos era de R\$ 340.530 (dezembro/2012 – R\$ 328.693) e a receita bruta no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 249.393 (dezembro/2012 – R\$ 202.103).

A Lei 11.445/07 em seu art. 58, define que as concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize, serão válidos até 31 de dezembro de 2010, porém a Lei 12.693 de 24 de julho de 2012 em seu art. 2º permite a celebração dos contratos de programa até 31 de dezembro de 2016.

A administração da Companhia entende que os contratos de concessão ainda não renovados estão válidos e são regidos pela Lei 8.987/95 combinado com a Lei 11.445/07, assim como os municípios atendidos sem contrato.

As escrituras públicas são válidas e são regidas pelo código civil brasileiro.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da BM&FBovespa sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de American Depositary Receipts (ADRs) Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002. Em 2007, a SABESP passou a fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial, ou ISE, da BM&FBovespa, o que reflete o alto grau de comprometimento com o desenvolvimento sustentável e as práticas de cunho social.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho e Attend Ambiental. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão dessas investidas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Essas práticas contábeis brasileiras sobre as demonstrações financeiras diferem da International Financial Reporting Standards - IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPC's, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas na Nota 5.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses da data da aplicação, e com risco insignificante de mudança de valor, bem como contas garantidas.

3.2 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são os mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber, saldos a receber da Agência Nacional de Águas – ANA, empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, juros sobre capital próprio a pagar, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP, e compromissos contratos de programa. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.3 Receita operacional

(a) Receita de serviços de água e esgoto

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissionários que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) os bens ou os serviços são entregues ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

(b) Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) e IAS 11 (Contratos de construção), usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. Contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, sendo adicionada aos custos de construção incorridos e o total é reconhecido como receita de construção.

3.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “contas a receber” e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

3.5 Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificadas no ativo circulante.

3.6 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos com reparos e manutenção são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso indeterminado, ou seja, não existe definição se a Companhia irá utilizar a propriedade na operação ou venderá a propriedade em curto prazo no curso ordinário do negócio.

3.7 Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é calculada de acordo com o método linear para alocar seus custos e é descrita na Nota 14 (c). Os terrenos não sofrem depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

3.8 Intangível

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os casos de ativos qualificáveis quando aplicável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido. A Companhia estabeleceu que este período seria superior a 12 meses. Este período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da SABESP.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidas de terceiros e entidades governamentais para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

Os recursos financeiros, recebidos como doações, para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica “outras receitas operacionais”.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Contratos de concessão/programa

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, firmados com o poder concedente. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

- (i) O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e
- (ii) O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.

Os direitos da SABESP sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a SABESP tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 3.3 “Receita operacional”.

Ativos intangíveis relacionados aos Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, o que ocorrer primeiro.

Os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato, deverão ser indenizados pelo poder concedente, (1) com caixa ou equivalentes de caixa ou ainda, em geral (2) com a prorrogação do contrato. Estes investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

A Lei 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovação de concessões e, portanto, da continuidade da prestação de serviços.

(b) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

3.9 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (impairment)

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por impairment.

3.10 Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 15. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

3.12 Custos de empréstimos

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos, incluindo variação cambial, nos termos descritos abaixo.

A capitalização ocorre durante o período no qual o ativo encontra-se em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia os analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.13 Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

3.14 Participação nos resultados

O programa de participação nos resultados para os funcionários da Companhia é baseado em metas operacionais e financeiras, da Companhia como um todo, e no desempenho de cada unidade de negócio. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com o período de competência, sendo contabilizada como despesa operacional e custo operacional.

3.15 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais, depósitos caução e ativos contingentes

As provisões relativas às ações judiciais são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado com segurança. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se esperam ser exigidas para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão é demonstrada líquida dos depósitos caução embasados no direito legal de compensação. As bases e a natureza das provisões para riscos civis, tributários, trabalhistas e ambientais estão descritas na Nota 18.

Os depósitos caução não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante. Os depósitos caução são corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades fiscais.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente.

3.16 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

3.17 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Para informações sobre o Regime Tributário de Transição (RTT) e Medida Provisória 627/2013, ver Nota 17 (e) e (f), respectivamente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente (por cada controlada em conjunto) com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

3.18 Impostos sobre receitas

As receitas de serviços de água e esgoto estão sujeitas à incidência do Pasep – Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Os impostos incidentes sobre os valores faturados à entidades públicas são devidos quando as faturas são recebidas.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, sendo apresentados líquidos dos créditos decorrentes da não cumulatividade, como deduções da receita bruta. Os débitos apurados sobre “outras receitas operacionais” são apresentados dedutivamente na própria linha da demonstração do resultado.

3.19 Plano de Previdência Privada

(a) Benefício definido

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido, administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev, entidade fechada de previdência complementar. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do custeio administrativo e são registrados no resultado do período em que são devidas.

O passivo relacionado aos planos de pensão, está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefícios definidos (G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (G0) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial (AAP), de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

As despesas com plano de pensão são classificadas no resultado como custo operacional, despesas de vendas ou despesas administrativas, de acordo com o centro de custo do respectivo funcionário.

Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, mas esta se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais. A parcela proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

(b) Contribuição definida

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade contribuição definida (Sabesprev Mais), administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev, entidade fechada de previdência complementar, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigação de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.20 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos, refinanciamentos, provisões, parceria público privada, compromissos contratos de programa e provisões, usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência pro rata temporis.

As correções monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

3.21 Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade e dos riscos e benefícios inerentes a propriedade do bem ao arrendatário. Todos os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional. Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato do arrendamento.

Os contratos de arrendamentos financeiros são valorizados com base no menor valor entre o valor presente dos pagamentos mínimos obrigatórios do contrato ou valor justo do bem na data de início do contrato de arrendamento. Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos e alocados entre despesa financeira e amortização do passivo de arrendamento financeiro de forma a alcançar uma taxa constante de juros. A correspondente obrigação ao arrendador é registrada como dívida de curto e longo prazo.

3.22 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.23 Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de Juros Sobre o Capital Próprio, como permitido por lei. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei n.º 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata das taxas de juros de longo prazo – TJLP. O benefício atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento.

3.24 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

3.25 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.26 Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com as informações utilizadas internamente pela Administração, para a tomada de decisões estratégicas, a alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

Com base na forma como a Companhia trata seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, foram demonstrados dois segmentos operacionais (água e esgoto) para fins de reporte financeiro. As informações por segmento estão demonstradas na Nota 23.

3.27 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Conversão de moeda estrangeira

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados à ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, onde os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos em contra-partida do próprio ativo enquanto estiver em andamento.

4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013

Novas normas e revisões

<u>Norma</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data de vigência</u>
Modificações à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação CPC 40 (R1)	As modificações à IFRS 7 aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição no ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não foram igualmente distribuídos no exercício.	1º de janeiro de 2013
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (substitui partes das IAS 27 e da SIC 12) CPC 36 (R3)	<p>De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação para todas as entidades, ou seja, o controle. Esta alteração elimina a inconsistência entre a versão anterior da IAS 27 e a SIC 12; a primeira utilizava conceito de controle enquanto a última enfatizava o conceito de riscos e benefícios.</p> <p>Inclui uma definição mais detalhada de controle para solucionar a definição resumida de controle da versão anterior da IAS 27. A definição de controle de acordo com a IFRS 10 inclui os seguintes três elementos:</p> <ul style="list-style-type: none">i) poder sobre a investida;ii) exposição, ou direitos, aos retornos variáveis das atividades com a investida; e	1º de janeiro de 2013

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
	iii) capacidade de utilizar o poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos dos investimentos.	
IFRS 11 – Negócios em Conjunto (substitui à IAS 31 e SIC 13) CPC 19 (R2)	<p>A definição de controle conjunto de acordo com a nova norma é a mesma da anterior, exceto pelo fato de que a nova definição enfatiza as atividades relevantes da investida em vez de somente as atividades operacionais e financeiras da investida. Esta nova abordagem está alinhada com a definição de controle de acordo com a IFRS 10.</p> <p>Aborda como um negócio em conjunto em que duas ou mais partes detêm o controle conjunto de um acordo deve ser classificado. Existem dois tipos de negócios em conjunto de acordo com a IFRS 11: operações em conjunto e empreendimentos controlados em conjunto (<i>joint ventures</i>). Esses dois tipos de negócios em conjunto são diferenciados pelos direitos e pelas obrigações das partes.</p>	1º de janeiro de 2013
IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades CPC 45	É uma nova norma que define as divulgações a serem incluídas nas demonstrações financeiras quando as entidades detiverem participação em controladas, negócios em conjunto, coligadas ou entidades estruturadas não consolidadas (semelhantes às entidades de propósito específico de acordo com a SIC 12).	1º de janeiro de 2013
IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo CPC 46	Apresenta uma nova definição de valor justo. De acordo com a IFRS 13, o valor justo é definido como o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação no mercado principal na data de mensuração, de acordo com as condições de mercado atuais, independentemente se esse preço é diretamente observável ou estimado por meio de outra técnica de avaliação.	1º de janeiro de 2013
IAS 19 – Benefícios a Empregados	As alterações à IAS 19 modificam a contabilização dos planos de benefícios definidos e de benefícios	1º de janeiro de 2013

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
CPC 33 (R1)	rescisórios. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As alterações exigem o reconhecimento das modificações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram e, portanto, eliminam a “abordagem de corredor” permitida na versão anterior da IAS 19 e aceleram o reconhecimento dos custos de serviços passados. As alterações exigem que todos os ganhos e perdas atuariais sejam reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.	
IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas CPC 35 (R2)	A norma revisada trata somente das demonstrações financeiras separadas. A maioria das exigências foi mantida com relação à norma anterior.	1º de janeiro de 2013
IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto CPC 18 (R2)	De forma similar à norma anterior, a nova norma oferece instruções sobre como aplicar o método de equivalência patrimonial. No entanto, o escopo da norma revisada foi alterado para tratar dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto (<i>joint ventures</i>) e pelo fato de a IFRS 11 exigir que esses investimentos sejam contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.	1º de janeiro de 2013

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As novas normas, alterações ou interpretações das normas que tiveram efeito para a Companhia são as seguintes:

CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto e CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados

A adoção retrospectiva dos CPCs 19 (R2) e 33 (R1) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentou os seguintes ajustes:

	31 de dezembro de 2012			
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's
Ativo				
Total do ativo circulante	3.336.865	(6.267)	-	3.330.598
Imposto de renda e contribuição social diferidos	141.356	(5.459)	9.405	145.302
Investimentos	-	20.826	-	20.826
Intangível	21.991.922	(24.396)	-	21.967.526
Imobilizado	383.383	(186.673)	-	196.710
Total do ativo não circulante	23.338.928	(202.834)	9.405	23.145.499
Total do Ativo	26.675.793	(209.101)	9.405	26.476.097
	31 de dezembro de 2012			
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's
Passivo e patrimônio líquido				
Total do passivo circulante	3.797.370	(39.181)	-	3.758.189
Empréstimos e financiamentos	7.701.929	(169.268)	-	7.532.661
Obrigações previdenciárias	2.124.330	-	468.220	2.592.550
Total do passivo não circulante	11.162.846	(169.920)	468.220	11.461.146
Total do passivo	14.960.216	(209.101)	468.220	15.219.335
Total do patrimônio líquido	11.715.577	-	(458.815)	11.256.762
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	26.675.793	(209.101)	9.405	26.476.097

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2012				
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's
Demonstração do resultado				
Receita operacional líquida	10.754.435	(16.804)	-	10.737.631
Custos operacionais	(6.465.398)	15.447	-	(6.449.951)
Despesas de vendas	(697.874)	622	-	(697.252)
Despesas administrativas	(726.128)	8.751	-	(717.377)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(19.775)	(3.400)	-	(23.175)
Equivalência patrimonial	-	(6.532)	-	(6.532)
Lucro operacional	2.845.260	(1.916)	-	2.843.344
Despesas financeiras, líquidas	(301.356)	5.684	-	(295.672)
Imposto de renda e contribuição social	(632.004)	(3.768)	-	(635.772)
Lucro líquido do exercício	1.911.900	-	-	1.911.900
31 de dezembro de 2012				
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's
Demonstração do resultado abrangente				
Lucro líquido do exercício	1.911.900	-	-	1.911.900
Outros resultados abrangentes	-	-	(457.862)	(457.862)
. Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração de resultado:				
Ganhos e (perdas) atuariais sobre planos de benefícios definidos	-	-	(457.862)	(457.862)
Resultado abrangente total do exercício	1.911.900	-	(457.862)	1.454.038

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2012			
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's
Demonstrações dos fluxos de caixa				
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.336.220	7.021	-	2.343.241
Caixa líquido das atividades de investimento	(1.998.778)	2.082	-	(1.996.696)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(566.253)	(6.397)	-	(572.650)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(228.811)	2.706	-	(226.105)

	31 de dezembro de 2012			
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's
Demonstração dos valores adicionados				
Receitas	11.296.137	(21.433)	-	11.274.704
Insumos adquiridos de terceiros	(4.746.388)	17.300	-	(4.729.088)
Depreciação e amortização	(740.147)	1.622	-	(738.525)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(6.532)	-	(6.532)
Receitas financeiras	332.045	1.079	-	333.124
Valor adicionado total a distribuir	6.141.647	(7.964)	-	6.133.683
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	1.586.553	(3.958)	-	1.582.595
Impostos, taxas e contribuições	1.675.728	(10.737)	-	1.664.991
Remuneração de capitais de terceiros	967.466	6.731	-	974.197
Remuneração de capitais próprios	1.911.900	-	-	1.911.900
Valor adicionado distribuído	6.141.647	(7.964)	-	6.133.683

	1º de janeiro de 2012			
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	1º de janeiro de 2012			
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's
Ativo				
Total do ativo circulante	3.725.833	(21.139)	-	3.704.694
Imposto de renda e contribuição social diferidos	179.463	(1.537)	(35.323)	142.603
Demais contas a receber	39.933	(4.899)	-	35.034
Investimentos	-	21.986	-	21.986
Intangível	20.141.677	(15.956)	-	20.125.721
Imobilizado	356.468	(174.883)	-	181.585
Total do ativo não circulante	21.489.151	(175.289)	(35.323)	21.278.539
Total do Ativo	25.214.984	(196.428)	(35.323)	24.983.233
	1º de janeiro de 2012			
	Original	Efeitos do CPC 19 (R2) (a)	Efeitos do CPC 33 (R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's
Passivo e patrimônio líquido				
Total do passivo circulante	3.968.668	(12.522)	-	3.956.146
Empréstimos e financiamentos	6.966.285	(172.137)	-	6.794.148
Cofins/Pasep diferidos	114.957	(851)	-	114.106
Obrigações previdenciárias	2.050.697	-	(34.370)	2.016.327
Outras obrigações	742.359	(10.918)	-	731.441
Total do passivo não circulante	10.700.420	(183.906)	(34.370)	10.482.144
Total do passivo	14.669.088	(196.428)	(34.370)	14.438.290
Total do patrimônio líquido	10.545.896	-	(953)	10.544.943
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	25.214.984	(196.428)	(35.323)	24.983.233

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Adoção do CPC 19 (R2)

As empresas investidas em conjunto (Nota 11) passaram a ser classificadas como joint venture estando sujeitas ao reconhecimento contábil pelo método da equivalência patrimonial IAS 28. Tal mudança implicou na alteração da consolidação proporcional para contabilização do investimento pelo método da equivalência patrimonial.

A adoção do CPC 19 (R2) resultou em alterações na consolidação dos investimentos mantidos pela Companhia na Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, Águas de Andradina S.A., Águas de Castilho, Saneaqua Mairinque S.A., Aquapolo Ambiental S.A. e Attend Ambiental S/A.

(b) Adoção do CPC 33 (R1)

A prática contábil da Companhia até 31 de dezembro de 2012 era contabilizar ganhos e perdas atuariais pelo método do “corredor”, onde os ganhos e perdas decorrentes de alterações em premissas atuariais eram somente reconhecidos no resultado na medida em que superassem o valor do “corredor” e amortizado ao longo da vida média estimada remanescente da população que possui os benefícios; portanto, os ganhos e perda atuariais mensurados num período não eram reconhecidos imediatamente. Como resultado deste método o valor reconhecido no passivo diferia do valor presente estimado das obrigações pelo valor dos ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos.

Com a adoção da nova norma contábil a SABESP passou a contabilizar no balanço patrimonial o efeito total das perdas atuariais líquidas de imposto de renda e contribuição social, com contrapartida em outros resultados abrangentes; ou seja, sem transitar pelo resultado do exercício. Esta contabilização foi feita nas informações contábeis intermediárias de 2013, com efeito retrospectivo às demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2012.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram contabilizados apenas para o plano G1, uma vez que as despesas do plano G0 são consideradas indedutíveis.

Abaixo é apresentada a reconciliação dos novos saldos patrimoniais das obrigações atuariais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e ao saldo de abertura, em 1º de janeiro de 2012, afetados pela alteração na norma:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Saldo das obrigações atuariais conforme prática contábil anterior - G1	577.169	538.619
Efeito da adoção do CPC 33 (R1)	27.663	(103.892)
Saldo das obrigações atuariais após mudança de prática contábil	604.832	434.727
Saldo das obrigações atuariais conforme prática contábil anterior - G0	1.547.161	1.512.078
Efeito da adoção do CPC 33 (R1)	440.557	69.522
Saldo das obrigações atuariais após mudança de prática contábil	1.987.718	1.581.600
Saldo total das obrigações atuariais após mudança de prática contábil	2.592.550	2.016.327

Em função do ajuste descrito acima decorrente da adoção do CPC 33 (R1), os saldos das rubricas “Impostos diferidos” no ativo não circulante, “Obrigações previdenciárias” no passivo não circulante e “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012, relativos aos períodos comparativos à essa informação contábil intermediária, foram ajustados da seguinte maneira:

	31 de dezembro de 2012			1º de janeiro de 2012		
	Saldo original	Ajuste	Saldo Reapresentado	Saldo original	Ajuste	Saldo reapresentado
Ativo não circulante						
Impostos diferidos	135.897	9.405	145.302	177.926	(35.323)	142.603
Passivo não circulante						
Obrigações previdenciárias	2.124.330	468.220	2.592.550	2.050.697	(34.370)	2.016.327
Patrimônio líquido						
Outros resultados abrangentes	11.715.577	(458.815)	11.256.762	10.545.896	(953)	10.544.943

A adoção do CPC 33 (R1) não implicou em ajustes nas demonstrações do resultado e do fluxo de caixa apresentados nesta demonstração financeira.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades

Trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessas participações. As divulgações incluídas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão em conformidade com a IFRS 12.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo

Aplicável quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). As divulgações incluídas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão em conformidade com a IFRS 13.

4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou de forma antecipada, as IFRSs novas e revisadas a seguir:

Alterações às IFRS 7	Instrumentos Financeiros: Evidenciação ²
IFRS 9	Instrumentos Financeiros ²
Alterações às IFRS 10 e 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Divulgações de Participações em Outras Entidades – Entidades de Investimento ¹
Alterações à IAS 27	Demonstrações Financeiras Separadas – Entidades de Investimento ¹
Alterações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros ¹

1 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

2 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

4.3 Gestão de Risco Financeiro

4.3.1 Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação ao dólar norte-americano e ao iene. Os passivos da SABESP em moeda estrangeira incluem empréstimos em dólares norte-americanos e em iene, principalmente.

No caso de desvalorização do real em relação à moeda estrangeira na qual a dívida esteja denominada, a SABESP incorrerá em prejuízo monetário com relação a tal dívida.

Os riscos cambiais específicos da SABESP estão associados às exposições geradas por sua dívida de curto e longo prazos em moeda estrangeira.

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” e também não possui qualquer instrumento financeiro para proteção contra tal risco, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, aproveitando as janelas de oportunidades, para trocar dívidas caras por dívidas mais baratas, reduzindo o custo por meio de antecipação de vencimentos.

Uma parte significativa da dívida financeira da Companhia está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene, no valor total de R\$ 3.715.645 em 31 de dezembro 2013 (dezembro/2012 – R\$ 3.231.183). A exposição da Companhia ao risco cambial é a seguinte:

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	1.181.256	2.767.210	1.136.274	2.321.976
Empréstimos e financiamentos – Iene	41.504.249	926.790	37.535.650	890.346
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		14.512		12.487
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		7.133		6.374
Total da exposição		3.715.645		3.231.183
Custo de captação		(17.092)		(15.422)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira		<u>3.698.553</u>		<u>3.215.761</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2013, caso o Real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10% em comparação com o dólar e o iene com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos para o exercício teria sido de R\$ 371.564 (dezembro/2012 - R\$ 323.118), a mais ou menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

O cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene. Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do Real em 25% e 50%, respectivamente.

	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
	(*)		
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2013 (Passiva) em US\$	1.181.256	1.181.256	1.181.256
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2013	2,34260	2,34260	2,34260
Taxa cambial estimada conforme cenário	2,45000	3,06250	3,67500
Diferença entre as taxas	(0,10740)	(0,71990)	(1,33240)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(126.867)	(850.386)	(1.573.905)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2013 (Passiva) em Iene	41.504.249	41.504.249	41.504.249
Taxa do Iene em 31 de dezembro de 2013	0,02233	0,02233	0,02233
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,02322	0,02903	0,03484
Diferença entre as taxas	(0,00089)	(0,00670)	(0,01251)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(36.939)	(278.078)	(519.218)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(163.806)	(1.128.464)	(2.093.123)

(*) Para o cenário provável em moeda estrangeira (dólar e iene) foi considerada a taxa de câmbio média para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2013, conforme BM&FBovespa.

Risco de taxa de juros

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela abaixo mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
TR ⁽ⁱ⁾	1.646.546	2.019.924
CDI ⁽ⁱⁱ⁾	1.212.010	1.799.830
TJLP ⁽ⁱⁱⁱ⁾	990.273	845.913
IPCA ^(iv)	1.413.629	697.385
LIBOR ^(v)	1.599.815	1.243.058
Juros e encargos	120.839	95.475
Total	6.983.112	6.701.585

(i) TR – Taxa Referencial de Juros

(ii) CDI - Certificado de Depósito Interbancário

(iii) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo

(iv) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(v) LIBOR - London Interbank Offered Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 1% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do exercício antes dos impostos teria sido de R\$ 69.831 (dezembro/2012 - R\$ 67.015) a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, caixa restrito, saldos com partes relacionadas e indenizações. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seus recursos exclusivamente junto ao Banco do Brasil (rating AA+(bra)). Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas na data do balanço. Notas 6, 7, 8 e 9.

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito que não está vencido ou sujeito à provisão para deterioração, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA(bra)	1.781.327	1.913.893
Outros (*)	674	2.081
	1.782.001	1.915.974

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de rating utilizadas pela Companhia.

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contraparte	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	-
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AAA (bra)	Aaa.br	-
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA

(c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2013							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	1.186.907	1.545.451	1.458.618	1.125.401	1.186.483	6.860.587	13.363.447
Empreiteiros e fornecedores	275.051	-	-	-	-	-	275.051
Serviços a pagar	323.208	-	-	-	-	-	323.208
Parceria Público-Privada - PPP	43.607	43.607	43.607	43.607	282.673	4.930.579	5.387.680
Compromissos Contrato de Programa	85.277	77.772	3.452	1.110	1.010	22.251	190.872

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2012							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	1.743.344	1.221.613	1.660.890	1.100.013	779.905	5.678.481	12.184.246
Empreiteiros e fornecedores	295.392	-	-	-	-	-	295.392
Serviços a pagar	389.091	-	-	-	-	-	389.091
Parceria Público-Privada - PPP	41.925	41.925	41.925	41.925	41.925	305.193	514.818
Compromissos Contrato de Programa	160.784	11.227	66.052	4.222	1.911	37.204	281.400

Juros futuros

Os juros futuros foram calculados considerando as cláusulas contratuais para todos os contratos. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada, foram utilizadas as taxas de juros nas datas bases acima.

Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia implicará no vencimento antecipado desses contratos. Constantemente são monitorados os indicadores a fim de evitar a execução de tal cláusula.

(d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data de liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2013				
Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativo				
CDI	1.592.165	10,4700%(*)	7,8525%(**)	5,2350%(**)
Receita financeira		166.700	125.025	83.350
Passivo				
CDI	1.212.010	10,4700%(*)	7,8525%(**)	5,2350%(**)
Juros a incorrer		(126.897)	(95.173)	(63.449)
Exposição líquida - CDI	380.155	39.803	29.852	19.901
Passivo				
TR	1.646.546	0,0093%(*)	0,0116%	0,0140%
Despesa a incorrer		(153)	(191)	(230)
IPCA	1.413.629	5,9800%(*)	7,4750%	8,9700%
Despesa a incorrer		(84.535)	(105.669)	(126.803)
TJLP	990.273	5,0000%(*)	6,2500%	7,5000%
Juros a incorrer		(49.514)	(61.892)	(74.270)
LIBOR	1.599.815	0,3048%(**)	0,3810%	0,4572%
Juros a incorrer		(4.876)	(6.095)	(7.314)
Despesas totais líquidas a incorrer		<u>(99.275)</u>	<u>(143.995)</u>	<u>(188.716)</u>

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN de 27/12/2013

(**) Fonte do índice: Bloomberg

(***) Cenário com redução de 25% e 50%, pois a exposição líquida da Companhia, em CDI, é positiva.

(i) Refere-se ao cenário de juros à incorrer para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2013 ou

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

até a data dos vencimentos dos contratos, o que for menor.

4.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Total de empréstimos e financiamentos	9.450.074	8.875.255
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.782.001)	(1.915.974)
Dívida líquida	7.668.073	6.959.281
Total do Patrimônio Líquido	12.930.801	11.256.762
Capital total	20.598.874	18.216.043
Índice de alavancagem	37%	38%

Em 31 de dezembro de 2013 o índice de alavancagem diminuiu para 37% em comparação aos 38% de 31 de dezembro de 2012, devido ao aumento do patrimônio líquido decorrente do lucro do exercício e do ajuste de avaliação patrimonial.

4.5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.6 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber, saldos a receber da Agência Nacional de Águas – ANA, empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, juros sobre capital próprio a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada-PPP e compromissos de contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

Ativos Financeiros

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Valor contábil	Valor justo	Reapresentado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.782.001	1.782.001	1.915.974	1.915.974
Caixa restrito	10.333	10.333	64.977	64.977
Contas a receber de clientes	1.515.565	1.515.565	1.374.632	1.374.632
Saldos com partes relacionadas	265.312	265.312	262.371	262.371
Agência Nacional de Águas – ANA	107.003	107.003	108.099	108.099
Demais contas a receber	155.991	155.991	141.027	141.027

Passivos Financeiros

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Valor contábil	Valor justo	Reapresentado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	9.450.074	9.439.094	8.875.255	9.201.317
Empreiteiros e fornecedores	275.051	275.051	295.392	295.392
Serviços a pagar	323.208	323.208	389.091	389.091
Compromisso Contratos de Programa	166.038	166.038	235.627	235.627
Parceria Público-Privada - PPP	342.508	342.508	356.317	356.317

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela TR x DI, ambas as taxas foram obtidas da BM&FBovespa.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, ou pelas taxas equivalentes de mercado, ou dos títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- (iii) Financiamentos – BNDES, são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP.

Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, com o que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.

- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&FBovespa.
- (v) Os contratos com o BID, BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. Os Eurobonus foram precificados a valor de mercado pelas cotações divulgadas pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2013.
- (vi) Os contratos com a JICA foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando a taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2013.
- (vii) Arrendamento mercantil são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2013.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos a data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes, e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 3.4.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa

A Companhia registra como ativos intangíveis os ativos decorrentes de contrato de concessão. A Companhia estima o valor justo das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros. A grande maioria dos contratos de concessão de serviço da Companhia firmados com o poder concedente é regulado por acordos de concessão de serviço nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, que nesse caso, é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis, e no final do contrato, o valor remanescente do ativo intangível será igual ao valor residual do relativo ativo fixo.

Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com a vida útil do ativo ou período do contrato, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais na contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão descritas na Nota 3.8.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. O uso de diferentes premissas e estimativas e mudanças futuras podem afetar a vida útil desses ativos intangíveis e com um impacto relevante no resultado das operações.

(c) Provisões

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. A Companhia constitui provisão referente a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado. Julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na Nota 18.

(d) Obrigações Previdenciárias – Planos de Pensão

A Companhia patrocina plano de benefício definido e, também, de contribuição definida, descritos na Nota 19.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> Reapresentado
Caixa e bancos	189.836	119.397
Equivalentes de caixa	<u>1.592.165</u>	<u>1.796.577</u>
	<u>1.782.001</u>	<u>1.915.974</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, representados, principalmente, por operações compromissadas (remuneradas por CDI), depositados no Banco do Brasil, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em dezembro de 2013 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100,00% do CDI (dezembro/2012 – 100,01%).

7 Caixa restrito

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrava caixa restrito, no ativo circulante, no valor de R\$ 10.333, referente, principalmente ao contrato no município de São Paulo, onde a Companhia repassa 7,5% da receita do Município para o Fundo Municipal (dezembro/2012 – R\$ 64.977).

A variação ocorrida no período de janeiro a dezembro de 2013 quando comparada com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012, refere-se principalmente a liberação da restrição de uso dos recursos pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber de clientes

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	1.008.335	949.800
Acordos (iii)	287.662	249.470
	1.295.997	1.199.270
Entidades governamentais:		
Municipais	511.967	610.779
Federais	4.292	3.150
Acordos (iii)	167.642	181.271
	683.901	795.200
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	661.908	578.314
Mauá	327.451	281.398
Mogi das Cruzes	15.430	15.202
Santo André	700.550	620.276
São Caetano do Sul	2.114	2.072
Diadema	210.406	180.465
Total por atacado – Prefeituras Municipais	1.917.859	1.677.727
Fornecimento a faturar	474.492	425.843
Subtotal	4.372.249	4.098.040
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.856.684)	(2.723.408)
Total	1.515.565	1.374.632

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Circulante	1.120.053	1.038.945
Não circulante (v)	395.512	335.687
	<u>1.515.565</u>	<u>1.374.632</u>

- (i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas
- (ii) Rol especial - grandes consumidores, comércios, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).
- (iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros.
- (iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP, os quais possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa integral. Além disso, os valores vencidos estão incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa e estão classificados no ativo não circulante.

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Saldo no início do exercício	1.677.727	1.486.342
Faturamento por serviços prestados	424.018	394.922
Recebimentos – serviços do exercício corrente	(160.944)	(165.967)
Recebimentos – serviços de exercícios anteriores	<u>(22.942)</u>	<u>(37.570)</u>
Saldo no final do exercício	<u>1.917.859</u>	<u>1.677.727</u>
Circulante	35.662	33.924
Não circulante	1.882.197	1.643.803

- (v) A parcela do não circulante consiste de contas a receber vencidas e renegociadas junto a clientes e valores vencidos de fornecimento por atacado a prefeituras municipais, e está registrada líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Valores a vencer	1.243.156	1.091.834
Vencidos:		
Até 30 dias	191.668	197.936
Entre 31 e 60 dias	105.542	97.426
Entre 61 e 90 dias	60.868	61.527
Entre 91 e 120 dias	51.932	50.729
Entre 121 e 180 dias	90.498	89.297
Entre 181 e 360 dias	149.242	139.788
Acima de 360 dias	<u>2.479.343</u>	<u>2.369.503</u>
Total vencidos	<u>3.129.093</u>	<u>3.006.206</u>
Total	<u><u>4.372.249</u></u>	<u><u>4.098.040</u></u>

O aumento no saldo vencido se deve principalmente ao contas a receber no atacado, onde os municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP. Estes valores estão cobertos integralmente pela provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Saldo no início do exercício	2.723.408	2.436.428
De particular/entidades públicas	93.272	126.823
Recuperações	(51.654)	(49.183)
De fornecimento por atacado	218.687	209.340
Adições no exercício	260.305	286.980
Baixa no exercício referente a contas a receber incobráveis	(127.029)	-
Saldo no final do exercício	2.856.684	2.723.408
Circulante	1.182.484	1.242.967
Não circulante	1.674.200	1.480.441

Reconciliação provisão para perdas no resultado	2013	2012 Reapresentado
Perdas (baixa)	63.102	79.454
Provisão entidades estaduais (partes relacionadas)	(856)	35.142
Provisão particular/entidades públicas	93.272	126.823
Recuperações	(51.654)	(49.183)
Saldo	103.864	192.236

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais da receita.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receita e despesas com o Governo do Estado de São Paulo

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> Reapresentado
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto (i)	110.615	113.027
Provisão para perdas (i)	(46.674)	(47.531)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão –acordo Gesp (ii) e (vi)	39.201	35.278
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – fluxo mensal (ii) e (vi)	9.399	8.499
Programa Se Liga na Rede (I)	<u>22.314</u>	<u>-</u>
Total do circulante	<u>134.855</u>	<u>109.273</u>
Não circulante:		
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – Acordo GESp (ii) e (vi)	<u>130.457</u>	<u>153.098</u>
Total do não circulante	<u>130.457</u>	<u>153.098</u>
Total de recebíveis do acionista	<u>265.312</u>	<u>262.371</u>
Ativos:		
Prestação de serviços de água e esgoto	63.941	65.496
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão	179.057	196.875
Programa Se Liga na Rede (I)	<u>22.314</u>	<u>-</u>
Total	265.312	262.371
Passivos:		
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	229.605	228.214

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013	2012 Reapresentado
Receita de serviços de água e esgoto		
Venda de água	239.513	228.890
Serviços de esgoto	209.585	202.094
Recebimentos de partes relacionadas	(453.612)	(481.204)
 Recebimento de reembolso GESP referente a Lei 4.819/58	 110.912	 104.426

(i) Serviços de água e esgoto

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas nos itens (iii), (iv) e (v).

Foi constituída provisão para perdas de valores vencidos há mais de 360 dias, em função da incerteza no recebimento dos mesmos (R\$ 46.674 em 2013 e R\$ 47.531 em 2012).

(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/58 ("Benefícios") pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas, denominados G0.

Nos termos do Acordo referido em (iii), o GESP reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, fundados na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo GESP dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

Ver informações adicionais sobre o plano G0 na Nota 19 (b) (iii).

Em janeiro de 2004, os pagamentos de complementação de aposentadoria e pensão, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, e seriam feitos de acordo com os critérios de cálculos definidos pela PGE. Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos retornou à SABESP, na forma original.

(iii) Acordo GESP

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o GESP (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças (“Acordo GESP”), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o GESP e a Companhia relacionadas aos serviços de água e esgoto, bem como aos benefícios de aposentadoria.

Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiaçupeba, Jundiaí, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova (“Reservatórios”), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios lhe seriam transferidos pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o GESP. No entanto, o Ministério Público do Estado de São Paulo questiona a validade jurídica desse acordo, cujos argumentos principais são a falta de licitação e a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Há decisão desfavorável para a SABESP ainda não transitada em julgado. Os advogados da Companhia avaliam o risco de perda desse processo como provável. Ver informações adicionais no item (vi) abaixo.

(iv) Primeiro Aditamento ao Acordo GESP

Em 22 de março de 2004, a Companhia e o Governo do Estado aditaram os termos do Acordo GESP original, (1) consolidando e reconhecendo valores devidos pelo Governo do Estado por serviços prestados de fornecimento de água e coleta de esgoto, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004; (2) formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Governo do Estado com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Governo do Estado em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004; e (3) definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Governo do Estado pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

(v) Segundo Aditamento ao Acordo GESP

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo GESP original concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, no valor de R\$133.709 em 30 de novembro de 2007, a ser pago em 60 parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 02 de janeiro de 2008. Em dezembro de 2012 foi realizado o pagamento da última parcela.

O Estado e a SABESP concordam em retomar o cumprimento de suas obrigações recíprocas, pontualmente, sob novas premissas: (a) implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de contas para facilitar e agilizar o acompanhamento dos processos de pagamento e os procedimentos de gestão orçamentária; (b) estruturação do Programa de Uso Racional da Água – PURA para racionalizar o consumo de água e o valor das contas de água e esgoto de responsabilidade do Estado; (c) estabelecimento, pelo Estado, de critérios na orçamentação de forma a evitar o remanejamento dos valores na rubrica específica de contas de água e esgotos a partir de 2008; (d) possibilidade de registro de órgãos e entidades estaduais em sistema ou cadastro de inadimplência; (e) possibilidade de interrupção do fornecimento de água aos órgãos e entidades estaduais em caso de inadimplemento do pagamento das contas de água e esgotos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) Terceiro Aditamento ao Acordo GESP

O GESP, a SABESP e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, por meio do qual o GESP confessou dever à SABESP o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A SABESP aceitou, provisoriamente, os Reservatórios (ver item (iii) acima) como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao GESP quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia não reconheceu o valor a receber de R\$ 696.283 referente aos Reservatórios, tendo em vista a incerteza relacionada à transferência dos mesmos pelo Governo do Estado. A quitação definitiva apenas ocorrerá com a efetiva transferência de propriedade no competente cartório de registro de imóveis. O saldo devedor restante de R\$218.967 está sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$1.920 cada, atualizadas anualmente pelo IPCA-IBGE acrescidas de juros de 0,5% a.m., vencendo-se a primeira em 25 de novembro de 2008.

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

(vii) Valor Controverso dos Benefícios

Como antes mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de Benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei 4.819/58, de responsabilidade originária do Estado, mas pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao valor controverso dos benefícios previstos na Lei 4.819/58. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os novos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 04 e 22 de setembro de 2009 e em 04 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como valor controverso.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

Dando continuidade às ações visando recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Governo do Estado, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ser encaminhada à Câmara Arbitral da Bovespa; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 09 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4819/58, o que permitirá equacionar, em definitivo, o aludido valor controverso em discussão entre a Companhia e o GESP. A despeito da ação judicial, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a empresa e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

A administração da Companhia optou por não reconhecer tais valores, em razão da incerteza que envolve o reembolso pelo Estado. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os valores não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos totalizavam R\$ 1.412.479 e R\$ 1.351.210, respectivamente, incluindo o valor de R\$ 696.283 referentes à transferência dos reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia também reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários e pensionistas do Plano G0. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 1.780.268 e R\$ 1.987.718, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, ver Nota 19 (b) (iii).

(b) Ativos contingentes - GESP (não contabilizados)

Conforme mencionado acima, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a SABESP possuía ativos contingentes com o GESP, não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei 4.819/58), conforme abaixo:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Valores controversos a receber	716.196	654.927
Valor incontroverso referente à transferência para a SABESP dos reservatórios no sistema Alto Tietê (valor original)	696.283	696.283
Total	1.412.479	1.351.210

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Utilização de Reservatórios - EMAE

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE pretende o recebimento de crédito e compensação financeira pela utilização da água dos reservatórios Guarapiranga e Billings que a SABESP utiliza em suas operações, bem como o ressarcimento de danos relacionados ao não pagamento em época própria.

A Companhia entende que não é devido qualquer valor pela utilização desses reservatórios haja vista as outorgas concedidas. Caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes, havendo o risco de inviabilizar a prestação adequada de seus serviços na região, além de elevar o custo de captação.

Diversas ações foram ajuizadas pela EMAE, entre elas uma ação para instituição de compromisso arbitral com relação ao reservatório Guarapiranga, procedimento este já iniciado, e outra, pretendendo igualmente, compensação financeira em razão da captação de água do reservatório Billings pela SABESP para abastecimento público, alegando em ambas que tal conduta tem ocasionado perda permanente e crescente na capacidade de geração de energia elétrica da usina Hidrelétrica de Henry Borden com prejuízos financeiros.

A SABESP entende que a expectativa para todos os casos é de possível perda, não sendo viável, por ora, estimar os valores envolvidos em face de não terem sido delimitados.

(d) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de água (PURA).

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(e) Aval

O Governo do Estado concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado.

(f) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP

A Companhia possui contratos de cessão de funcionários com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, onde os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 2013, os gastos com os funcionários cedidos pela SABESP à outras entidades estaduais somaram R\$ 12.879 (dezembro/2012 - R\$ 12.298).

Os gastos com funcionários de outras entidades à disposição da SABESP em 31 de dezembro de 2013 somaram R\$ 695 (dezembro/2012 – R\$ 689).

(g) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a SABESP possuía em aberto o montante de R\$ 1.791 e R\$ 958 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo.

(h) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o valor de R\$ 969 relativo a terreno cedido em comodato ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica.

(i) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – (“SABESPREV”). O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 546.748 (dezembro/2012 – R\$ 604.832), conforme Nota 19 (b).

(j) Remuneração da Administração

Remuneração:

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, o CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado), e é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros indicadores relacionados ao negócio da Companhia e está sujeita a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração corresponde a 30% da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

O objetivo da política de remuneração é estabelecer um modelo de gestão privada, com o fim de incentivar a manutenção em seus quadros e recrutar profissionais dotados de competência, experiência e motivação, considerando-se o grau de eficiência atualmente exigido pela Companhia.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada recebem:

Gratificação anual:

Equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano.

A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pagos apenas aos Diretores Estatutários – vale refeição, cesta básica, assistência médica, descanso anual remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias e pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

honorários mensais.

Bônus:

A SABESP paga bônus para fins de remuneração dos administradores das companhias em que o Estado é o acionista controlador, como política motivacional, desde que a companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Os bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal dos administradores, nem 10% dos juros sobre capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor.

Os gastos relacionados a remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores foi de R\$ 3.389 e R\$ 3.211 para os exercícios de 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente, e referem-se a benefícios de curto prazo. Uma quantia adicional de R\$ 566, referente ao programa de bônus, foi registrado no exercício de 2013 (dezembro/2012 - R\$ 1.074).

(k) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), onde não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias. Desta forma, estas SPE's são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto.

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com as SPE's Águas de Andradina S.A, Águas de Castilho S.A e Aquapolo Ambiental S.A, com o objetivo de financiar as operações destas empresas, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras.

Os contratos firmados em 19 de janeiro de 2012 com Águas de Andradina e Águas de Castilho, foram liquidados em julho de 2012, conforme previsão contratual. Em 18 de julho de 2012 foram assinados novos contratos na mesma modalidade, com ambas as empresas, conforme condições apresentadas no quadro abaixo. O contrato firmado com a Aquapolo Ambiental, em 30 de março de 2012, permanece com as mesmas características, conforme quadro a seguir:

SPE	Limite de crédito	Saldo principal desembolsado	Saldo de juros	Total	Taxa de juros	Vencimento
Águas de Andradina	3.467	1.427	297	1.724	SELIC + 3,5 % a.a.	(*)
Águas de Castilho	675	403	84	487	SELIC + 3,5 % a.a.	(*)
Aquapolo Ambiental	5.629	5.629	1.429	7.058	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2016
Aquapolo Ambiental	19.000	19.000	3.789	22.789	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2015
Total	28.771	26.459	5.599	32.058		

(*) Os contratos de mútuo com as SPE's Águas de Andradina e Águas de Castilho têm seus vencimentos quando da liberação de recursos provenientes do contrato de Longo Prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Econômico e Social – BNDES, momento em que a mutuária liquidará todo e qualquer débito decorrente da atual abertura de crédito.

O valor desembolsado está contabilizado no Ativo da Companhia na rubrica “Demais Contas a Receber”, sendo R\$ 1.830 de principal e R\$ 381 de juros classificados no Ativo Circulante e R\$ 24.629 de principal e R\$ 5.218 de juros no Ativo Não Circulante. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo de principal e juros destes contratos é de R\$ 32.058 (em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 28.081). No exercício de 2013, a receita financeira reconhecida foi de R\$ 3.977 (em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 1.672).

(I) Programa Se Liga na Rede

O Governo do Estado sancionou a Lei Estadual nº 14.687/12, criando o Programa Pró-conexão, destinado a subsidiar financeiramente a execução de ramais intradomiciliares necessária à efetivação de ligações às redes coletoras de esgoto, em domicílios de famílias de baixa renda que concordem em aderir ao programa. Os gastos com o programa, exceto custos indiretos, margem de construção e custos de financiamentos, serão custeados com 80% dos recursos oriundos do Governo do Estado e os 20% restantes investidos pela SABESP, que também é responsável pela execução das obras. Em 31 de dezembro de 2013 o valor total com o programa foi de R\$ 35.513, sendo R\$ 22.314 registrado em saldos a receber com partes relacionadas, o montante de R\$ 9.896 registrado no grupo de intangível e R\$ 3.303 reembolsado pelo GESP.

10 Agência Nacional de Águas - ANA

Referem-se a contratos firmados no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), também conhecido como "Programa de Compra de Esgoto Tratado".

O programa não financia obras ou equipamentos, remunera pelos resultados alcançados, ou seja, pelo esgoto efetivamente tratado. Nesse programa, a Agência Nacional de Águas (ANA) disponibiliza recursos, que ficam bloqueados em conta corrente específica e são aplicados em fundos de investimentos na Caixa Econômica Federal (CEF), até que sejam comprovados os cumprimentos das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras de cada contrato.

No momento da disponibilização dos recursos é constituído um passivo até que sejam liberados os recursos pela ANA. Após a comprovação das metas estipuladas em cada contrato é reconhecida a receita decorrente desses recursos, porém caso tais metas não sejam cumpridas os recursos são devolvidos ao Tesouro Nacional com os devidos rendimentos dos fundos. Em 31 de dezembro de 2013 os saldos do ativo e do passivo eram de R\$ 107.003 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 108.099), sendo que o passivo está registrado na rubrica "Outras obrigações" do passivo não circulante.

11 Investimentos

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), embora a participação da SABESP no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

determinadas matérias de gestão, indicando controle compartilhado participativo (joint venture ou “negócios em conjunto” – CPC 19(R2)).

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial nas seguintes investidas:

Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia, em conjunto com as empresas OHL Medio Ambiente, Inima S.A.U. Unipersonal (“Inima”), Técnicas y Gestion Medioambiental S.A.U. (“TGM”) e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. (“ETEP”), constituíram a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 36% de participação acionária e Inima detém 46% de participação.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental constituiu a empresa Águas de Andradina S.A., com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no Município de Andradina.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da empresa era de R\$ 3.097, divididos em 3.096.866 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária. Está registrado, no patrimônio líquido da investida, como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 12.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental, constituiu a empresa Águas de Castilho cujo objeto social é a prestação de serviços de água e esgoto no município de Castilho.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da empresa era de R\$ 622 divididos em 622.160 ações nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações iniciaram-se em janeiro de 2011.

Saneaqua Mairinque

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 14 de junho de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Saneaqua Mairinque S.A., com prazo de duração indeterminado, cujo objeto é a exploração do serviço público de água e esgoto do município de Mairinque.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da empresa era de R\$ 2.000, divididos em 2.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia Estre Ambiental S/A, constituiu a empresa Attend Ambiental S/A cujo objeto social é a implantação e operação de uma estação de pré tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e Exterior.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da empresa de R\$ 2.000 divididos em 2.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 45% de participação acionária. Está registrado, no patrimônio líquido da investida, como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 11.400.

A Attend encontra-se em fase pré-operacional com previsão de início das operações para maio de 2014.

Aquapolo Ambiental S.A.

Em 8 de outubro de 2009, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Aquapolo Ambiental, cujo objeto é a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso para a Quattor Química S.A.; Quattor Petroquímica S.A.; Quattor Participações S.A. e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2012.

Abaixo segue resumo da participação da SABESP nas demonstrações financeiras dessas investidas:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresa	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial		Percentual de participação		Patrimônio líquido		Resultado do período	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Sesamm	8.239	5.760	2.479	674	36%	36%	22.884	15.999	6.885	1.871
Águas de Andradina	1.087	751	336	(32)	30%	30%	3.622	2.503	1.119	(107)
Águas de Castilho	619	474	145	155	30%	30%	2.064	1.580	484	517
Saneaqua Mairinque	931	722	209	235	30%	30%	3.102	2.407	695	783
Attend Ambiental	2.707	4.379	(1.672)	(721)	45%	45%	6.016	9.731	(3.715)	(1.602)
Aquapolo Ambiental	9.506	8.538	968	(6.843)	49%	49%	19.400	17.424	1.976	(13.966)
Total	23.089	20.624	2.465	(6.532)			57.088	49.644	7.444	(12.504)
Outros investimentos	<u>571</u>	<u>202</u>								
Total geral	<u>23.660</u>	<u>20.826</u>								

12 Propriedades para Investimento

Em 31 de dezembro de 2013 os saldos de “Propriedades para investimento” são de R\$ 54.039 (dezembro/2012 – R\$ 54.046). Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o valor de mercado destas propriedades é de R\$ 296.000, aproximadamente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Intangível

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012 Reapresentado		
	Amortização			Amortização		
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial (i)	8.578.886	(1.499.096)	7.079.790	8.408.007	(1.511.813)	6.896.194
Contratos de concessão – valor econômico (ii)	1.529.096	(342.950)	1.186.146	1.402.854	(292.918)	1.109.936
Contratos de programa (iii)	6.473.507	(1.804.940)	4.668.567	5.288.541	(1.469.369)	3.819.172
Contratos de programa – compromissos (iv)	693.029	(79.709)	613.320	627.989	(56.898)	571.091
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	11.555.381	(1.430.778)	10.124.603	10.604.942	(1.036.455)	9.568.487
Licença de uso de software	209.156	(35.351)	173.805	55.615	(52.969)	2.646
Total	29.039.055	(5.192.824)	23.846.231	26.387.948	(4.420.422)	21.967.526

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Adições	Renovação Contrato	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2013
Intangíveis decorrentes de:							
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	6.896.194	647.318	(310.844)	(6.690)	(3.458)	(142.730)	7.079.790
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	1.109.936	126.853	-	82	(86)	(50.639)	1.186.146
Contratos de programa (iii)	3.819.172	733.796	310.844	4.789	(2.390)	(197.644)	4.668.567
Contratos de programa – compromissos (iv)	571.091	65.040	-	-	-	(22.811)	613.320
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	9.568.487	975.913	-	177	(21.939)	(398.035)	10.124.603
Licença de uso de Software	2.646	201.399	-	5.155	-	(35.395)	173.805
Total	21.967.526	2.750.319	-	3.513	(27.873)	(847.254)	23.846.231

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2011	Adições	Renovação Contrato	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Intangíveis decorrentes de:							
Contrato de concessão - valor patrimonial (i)	6.731.822	976.205	(652.973)	(21.602)	(916)	(136.342)	6.896.194
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	1.004.988	150.963	-	-	(14)	(46.001)	1.109.936
Contratos de programa (iii)	2.744.559	483.448	652.973	-	(3.095)	(58.713)	3.819.172
Contratos de programa - compromissos (iv)	434.986	154.662	-	-	-	(18.557)	571.091
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	9.190.573	882.868	-	(49.486)	(5.977)	(449.491)	9.568.487
Novos negócios (vi)	16.477	-	-	(16.477)	-	-	-
Licença de uso de Software	2.316	2.872	-	-	-	(2.542)	2.646
Total	20.125.721	2.651.018	-	(87.565)	(10.002)	(711.646)	21.967.526

Durante 2013 a Companhia renovou os seguintes contratos de programa:

Trimestre	Municípios	Prazo do contrato
1º/2013	Presidente Prudente e Embu-Guaçu	30 anos
2º/2013	Ibirá e Glicério	30 anos
3º/2013	Itatiba e Torrinha	30 anos
3º/2013	Mogi das Cruzes (*)	40 anos
4º/2013	Ibiúna	30 anos

(*) Inclui a prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto dos bairros da divisa de Mogi das Cruzes ao serviço já prestado de fornecimento de água tratada.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Serviços de construção

	2013		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	1.011.412	1.433.323	2.444.735
Custo de construção	988.281	1.406.206	2.394.487
Margem	23.131	27.117	50.248

	2012		
	Reapresentado		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	1.053.543	1.410.939	2.464.482
Custo de construção	1.035.171	1.379.239	2.414.410
Margem	18.372	31.700	50.072

(d) Intangíveis decorrentes de contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgoto. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos à exploração dos bens relacionados à prestação de serviço público (ver Nota 3.8 (a)). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia operava em 363 municípios no Estado de São Paulo. Na maior parte desses contratos o período de concessão é de 30 anos.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

(i) Contratos de concessão – valor patrimonial

Referem-se a municípios assumidos até o ano de 2006, exceto municípios assumidos pelo valor econômico, através de laudo de avaliação patrimonial efetuado por peritos independentes. A amortização dos ativos é calculada de acordo com o método linear, que considera a vida útil dos bens.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Contratos de concessão – valor econômico

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas à novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

Amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos ou pela vida útil dos bens adjacentes (dos dois o menor) de concessão pelo método linear.

(iii) Contratos de programa

Refere-se a renovação dos contratos antigamente denominados contratos de concessão cujo objetivo é a prestação de serviços de saneamento. A amortização dos ativos adquiridos até as datas das assinaturas dos contratos de programa é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Os ativos adquiridos ou construídos após as datas das assinaturas dos contratos de programa são amortizados durante o período do contrato (30 anos) ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

(iv) Contratos de programa - Compromissos

A partir do marco regulatório de 2007 as renovações passaram a ser feitas por meio de contratos de programa. Em alguns desses contratos de programa, a Companhia assumiu o compromisso de participar financeiramente em ações Sócio-ambientais. Os bens construídos e compromissos financeiros assumidos dentro dos contratos de programa são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa (em sua maioria 30 anos).

Em 31 de dezembro de 2013, as despesas de amortização relacionadas aos compromissos dos contratos de programa foram de R\$ 22.811 (dezembro/2012 – R\$ 18.557).

Os valores ainda não desembolsados estão registrados na conta “Compromissos Contratos de Programa” no passivo circulante (no montante de R\$ 77.360 e R\$ 148.220 em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente) e não circulante (no montante de R\$ 88.678 e R\$ 87.407 em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente). Em 2013 foi utilizada a taxa de 8,06% ao ano (WACC), para cálculo do ajuste a valor presente destes contratos.

(v) Contratos de prestação de serviços – São Paulo

Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou um Contrato com o Estado e o Município de São Paulo de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o Convênio entre o Estado e Município, com interveniência e anuência da SABESP e Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”), cujos

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

principais aspectos são os seguintes:

1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de ser remunerada por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;
5. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos, no que tange à execução da SABESP, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal, e se for o caso, Metropolitano. O Plano de Investimentos não é definitivo e será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;
6. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição contratual. Este valor corresponde a 7,5% (sete e meio por cento) da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e inadimplência do período;
7. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e
8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial, ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

Com relação à recuperação, por meio de tarifa, mencionada no item 6 acima, do repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, a ARSESP editou em abril de 2013 a Deliberação nº 413, adiando a aplicação da Deliberação nº 407 e postergando, até a conclusão do processo de revisão tarifária, o repasse na fatura dos serviços os valores referentes aos encargos municipais que estava estipulado na Deliberação nº 407. O adiamento da aplicação da Deliberação nº 407 se deveu à solicitação do Governo do Estado de São Paulo para estudar, entre outras coisas, métodos de redução nos impactos aos consumidores.

A contratualização com o Município de São Paulo, que representa 51,75% da receita total da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP, retorno adequado aos acionistas e

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

prestação de serviços de qualidade aos seus clientes.

A Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes até a data da assinatura do Contrato, relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou as referidas contas, que estão provisionadas para perdas.

(e) Baixas dos bens adjacentes do ativo intangível

A Companhia baixou, no exercício de 2013, bens adjacentes dos ativos intangíveis no valor de R\$ 27.873 (dezembro/2012 – R\$ 10.002) motivados por obsolescência, furtos, alienação e obras desativadas, poços improdutivos e projetos economicamente inviáveis.

(f) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

Em 2013, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 205.012 com uma taxa média de 4,02% (dezembro/2012 – R\$ 283.016, com uma taxa média de 5,92%), durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

(g) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. Em 2013 e 2012 a margem apurada foi de 2,3%.

O valor da margem de construção para o ano de 2013 foi de R\$ 50.248 (dezembro/2012 – R\$ 50.072).

(h) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações ou instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os bens objeto dessas desapropriações deverão ser registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. Em 2013, o total referente às desapropriações foi de R\$ 61.102 (dezembro/2012 - R\$ 34.731).

(i) Ativos dados em garantia

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha ativos no valor de R\$ 249.034 dados em garantia ao Pedido de Parcelamento Especial – Paes (Nota 16). O débito relativo ao Paes foi totalmente pago em 120 meses, sendo que a última parcela foi quitada em 28 de junho de 2013.

(j) Parceria Público-Privada - PPP

Sistema Produtor Alto Tietê

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, formada pelas empresas Galvão Engenharia S.A. e Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de Serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou em outubro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado a esta PPP, era de R\$ 415.619 e R\$ 426.791, respectivamente.

Com relação às obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos no passivo circulante eram de R\$ 20.241 e R\$ 24.357, e no passivo não circulante eram de R\$ 322.267 e R\$ 331.960, respectivamente. Em 2013 foi utilizada a taxa de desconto 8,20% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato.

Sistema Produtor São Lourenço

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor São Lourenço S/A, formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A, assinaram em agosto de 2013, os contratos de Parceria Público-Privada do Sistema Produtor São Lourenço.

O contrato de prestação de serviços tem prazo de 25 anos, com o propósito de prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo, manutenção e obras do Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço, tendo como valor estimado o montante de R\$ 6,0 bilhões, com o início das obras previsto para abril de 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(k) Obras em andamento

Encontra-se registrado no intangível o montante de R\$ 6.498 milhões de obras em andamento em 31 de dezembro de 2013 (dezembro/2012 – R\$ 5.067 milhões), sendo que as maiores obras estão localizadas nos seguintes municípios:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
São Paulo	3.201	2.582
Praia Grande	294	279
Peruíbe	267	253
Itanhaém	215	203
Guarujá	196	173
Outros	2.325	1.577
Total	6.498	5.067

(l) Amortização do Intangível

A taxa média de amortização foi de 3,9% em 2013 e 4,0% em 2012.

(m) Licença de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. No primeiro trimestre de 2013 a Companhia iniciou a implantação de solução integrada de gestão empresarial (Sistema ERP), onde está prevista a implementação do módulo administrativo/financeiro para 1 de julho de 2014 e do módulo comercial para 1 de março de 2015.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imobilizado

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012 Reapresentado		
	Depreciação			Depreciação		
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Terrenos	88.332	-	88.332	88.328	-	88.328
Edificações	54.187	(30.233)	23.954	56.339	(30.778)	25.561
Equipamentos	202.498	(130.665)	71.833	191.202	(121.569)	69.633
Equipamentos de transporte	13.856	(5.961)	7.895	13.882	(7.267)	6.615
Móveis e utensílios	17.060	(10.239)	6.821	16.203	(10.016)	6.187
Outros	1.201	(540)	661	1.109	(723)	386
	<u>377.134</u>	<u>(177.638)</u>	<u>199.496</u>	<u>367.063</u>	<u>(170.353)</u>	<u>196.710</u>

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2013
Terrenos	88.328	-	4	-	-	88.332
Edificações	25.561	-	(133)	(216)	(1.258)	23.954
Equipamentos	69.633	24.678	(1.358)	(350)	(20.770)	71.833
Equipamentos de transporte	6.615	4.096	(1.795)	-	(1.021)	7.895
Móveis e utensílios	6.187	1.458	(5)	(59)	(760)	6.821
Outros	386	511	(226)	-	(10)	661
	<u>196.710</u>	<u>30.743</u>	<u>(3.513)</u>	<u>(625)</u>	<u>(23.819)</u>	<u>199.496</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2011	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Terrenos	109.303	-	(20.349)	(626)	-	88.328
Edificações	9.432	-	18.768	(873)	(1.766)	25.561
Equipamentos	60.217	11.829	16.825	(510)	(18.728)	69.633
Equipamentos de transporte	1.491	4.572	1.427	(7)	(868)	6.615
Móveis e utensílios	97	976	5.429	(41)	(274)	6.187
Outros	1.045	-	(498)	-	(161)	386
	<u>181.585</u>	<u>17.377</u>	<u>21.602</u>	<u>(2.057)</u>	<u>(21.797)</u>	<u>196.710</u>

(c) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente conforme segue: edificações 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 6,7%. Os terrenos não são depreciados.

A taxa média da depreciação foi de 11,4%, no ano de 2013 e 9,8% no ano de 2012.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e Financiamentos

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012 Reapresentado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituição financeira						
EM MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil	100.497	-	100.497	380.631	100.306	480.937
Debêntures 10ª Emissão	37.171	220.109	257.280	36.459	252.166	288.625
Debêntures 11ª Emissão	-	-	-	472.500	535.949	1.008.449
Debêntures 12ª Emissão	22.727	476.702	499.429	-	499.511	499.511
Debêntures 14ª Emissão	20.079	269.862	289.941	-	284.649	284.649
Debêntures 15ª Emissão	-	820.887	820.887	-	791.451	791.451
Debêntures 16ª Emissão	-	499.434	499.434	-	499.457	499.457
Debêntures 17ª Emissão	-	1.027.925	1.027.925	-	-	-
Debêntures 18ª Emissão	-	160.859	160.859	-	-	-
Caixa Econômica Federal	83.267	959.853	1.043.120	116.867	918.756	1.035.623
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	-	-	4.154	-	4.154
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	81.546	97.855	16.309	97.855	114.164
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	9.370	79.644	89.014	8.447	80.244	88.691
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	2.308	29.192	31.500	-	6.500	6.500
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	-	20.400	20.400	-	13.000	13.000
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	19.230	196.821	216.051	19.230	216.026	235.256
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETE III	-	98.404	98.404	-	-	-
Arrendamento Mercantil	-	382.492	382.492	-	215.774	215.774
Outros	498	2.431	2.929	763	2.923	3.686
Juros e Demais Encargos	113.504	-	113.504	89.567	-	89.567
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	424.960	5.326.561	5.751.521	1.144.927	4.514.567	5.659.494

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012 Reapresentado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituição financeira						
EM MOEDA ESTRANGEIRA						
Inter-American Development Bank - BID 713 US\$100.391 mil (dez/12 - US\$ 125.488 mil)	58.794	176.382	235.176	51.287	205.149	256.436
Inter-American Development Bank - BID 896 US\$8.333 mil (dez/12 - US\$ 11.111 mil)	6.507	13.014	19.521	5.677	17.029	22.706
Inter-American Development Bank - BID 1212 US\$123.337 mil (dez/12 - US\$ 133.615 mil)	24.077	264.854	288.931	21.003	252.040	273.043
Inter-American Development Bank - BID 2202 US\$243.687 mil (dez/12 - US\$ 147.080 mil)	-	564.443	564.443	-	296.276	296.276
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento -BIRD –US\$37.335 mil (dez/12 - US\$26.864 mil)	-	87.077	87.077	-	54.492	54.492
Euro Bônus - US\$ 140.000 mil (dez/12 –US\$140.000 mil)	-	327.640	327.640	-	285.655	285.655
Euro Bônus - US\$350.000 mil (dez/12 – US\$350.000 mil)	-	813.650	813.650	-	708.076	708.076
JICA 15– Iene 18.438.880 mil (dez/12 – Iene 19.591.310 mil)	25.733	386.007	411.740	27.335	437.371	464.706
JICA 18 – Iene 16.578.560 mil (dez/12 – Iene 17.614.720 mil)	23.137	346.733	369.870	24.578	392.894	417.472
JICA 17-Iene 450.484 mil (dez/12 – Iene 324.213 mil)	-	9.704	9.704	-	7.524	7.524
JICA 19-Iene 6.036.325 mil (dez/12- Iene 5.407 mil)	-	134.010	134.010	-	1	1
BID 1983AB - US\$178.173 mil (dez/12 - US\$202.115 mil)	56.087	359.059	415.146	48.926	361.587	410.513
Juros e Demais Encargos	21.645	-	21.645	18.861	-	18.861
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	215.980	3.482.573	3.698.553	197.667	3.018.094	3.215.761
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	640.940	8.809.134	9.450.074	1.342.594	7.532.661	8.875.255

Cotação de 31 de dezembro de 2013 US\$ 2,34260; Iene 0,022330 (em 31 de dezembro de 2012 US\$ 2,0435; Iene 0,023720)

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados durante o ano com vencimento em até 12 meses.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	GARANTIAS	VENCTO. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO CAMBIAL
EM MOEDA NACIONAL				
Banco do Brasil	GOV.EST.S.PAULO E RECURSOS PRÓPRIOS	2014	8,50%	TR
Debêntures 10ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2020	TJLP +1,92% (1ª e 3ª série) e 9,53% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 12ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 14ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2022	TJLP +1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 15ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	CDI + 0,99% (1ª série) e 6,2% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 16ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2015	CDI + 0,30% à 0,70%	
Debêntures 17ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2023	CDI +0,75 (1ª série) e 4,5% (2ª série) e+4,75% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª série)
Debêntures 18ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2024	TJLP + 1,92 % (1ª e 3ª série) e 8,25% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Caixa Econômica Federal	RECURSOS PRÓPRIOS	2013/2032	6,8% (ponderado)	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	2,5% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	RECURSOS PRÓPRIOS	2023	2,15% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	1,92% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETE III	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	1,66% + TJLP	
Arrendamento Mercantil		2035	7,73% a 10,12%	IPC
Outros	RECURSOS PRÓPRIOS	2018/2025	12%	TR

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	GARANTIAS	VENCTO. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
EM MOEDA ESTRANGEIRA				
Inter-American Development Bank - BID 713 - US\$100.391 mil	GOVERNO FEDERAL	2016	2,30%	US\$
Inter-American Development Bank - BID 896 - US\$8.333 mil	GOVERNO FEDERAL	2017	3,00%	US\$
Inter-American Development Bank - BID 1212 - US\$123.337 mil	GOVERNO FEDERAL	2025	2,58%	US\$
Inter-American Development Bank - BID 2202 - US\$243.687 mil	GOVERNO FEDERAL	2035	1,14%	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD US\$37.335 mil	GOVERNO FEDERAL	2034	0,45%	US\$
Euro Bônus – US\$140.000 mil	-	2016	7,50%	US\$
Euro Bônus – US\$350.000 mil	-	2020	6,25%	US\$
JICA 15 – Iene 18.438.880 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 18– Iene 16.578.560 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 17– Iene 450.484 mil	GOVERNO FEDERAL	2035	1,2% e 0,01%	Iene
JICA 19– Iene 6.036.325 mil	GOVERNO FEDERAL	2037	1,7% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$178.173 mil	-	2023	2,49% a 2,99%	US\$

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Cronograma de liquidação – saldos contábeis

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 até 2036	TOTAL
EM MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil	100.497	-	-	-	-	-	-	100.497
Debêntures	79.977	713.121	355.437	376.069	550.360	613.341	867.450	3.555.755
Caixa Econômica Federal	83.267	61.953	61.721	64.692	68.345	72.450	630.692	1.043.120
BNDES	47.217	49.386	56.018	58.073	58.073	58.074	226.383	553.224
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	382.492	382.492
Outros	498	561	632	713	525	-	-	2.929
Juros e Demais Encargos	113.504	-	-	-	-	-	-	113.504
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	424.960	825.021	473.808	499.547	677.303	743.865	2.107.017	5.751.521
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
BID	89.378	89.378	89.378	112.916	54.123	54.123	618.775	1.108.071
BIRD	-	-	-	-	-	2.915	84.162	87.077
Euro Bônus	-	-	327.640	-	-	-	813.650	1.141.290
JICA	48.870	48.871	48.871	49.143	49.415	56.701	623.453	925.324
BID 1983AB	56.087	56.087	56.087	56.087	55.727	41.446	93.625	415.146
Juros e Demais Encargos	21.645	-	-	-	-	-	-	21.645
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	215.980	194.336	521.976	218.146	159.265	155.185	2.233.665	3.698.553
Total Geral	640.940	1.019.357	995.784	717.693	836.568	899.050	4.340.682	9.450.074

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Debêntures

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 6.402 (2012 – R\$ 8.586), que serão amortizados durante a vigência de cada contrato.

(i) Principais captações

Debêntures (17ª emissão)

Em 15 de janeiro de 2013, a Companhia realizou a 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R\$ 1.000.000, quantidade de 100.000 debêntures, em três séries, valor unitário de R\$ 10, cujas características são as seguintes:

	<u>Quantidade</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
1ª Série	42.468	-	DI+ 0,75% a.a.	Semestral (janeiro e julho)	Anual (a partir de janeiro de 2016)	Janeiro/2018
2ª Série	39.523	IPCA	4,50%a.a	Anual (janeiro)	Anual (a partir de janeiro de 2019)	Janeiro/2020
3ª Série	18.009	IPCA	4,75%a.a	Anual (janeiro)	Anual (a partir de janeiro de 2021)	Janeiro/2023

Os recursos provenientes da captação por meio da 17ª Emissão de Debêntures foram destinados, exclusivamente, da seguinte forma: R\$ 500.000 para liquidação de compromissos financeiros vencidos em 2013, e R\$ 500.000 para resgate antecipado de outras dívidas da Companhia.

Debêntures (18ª emissão)

Em 15 de outubro de 2013, a Companhia promoveu o lançamento de 100 debêntures, mediante subscrição exclusiva pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essas debêntures foram distribuídas em três séries, não conversíveis em ações, pelo valor unitário de R\$ 2.753,70, perfazendo um total de R\$ 275.370. O BNDES subscreveu e liquidou a 1ª e 2ª séries, totalizando 58 debêntures das 100 previstas, em 16 de dezembro de 2013, num valor de R\$ 159.715. A 3ª série, de 42 debêntures, deverá ser subscrita em 2015.

A 1ª e 3ª séries possuem prazo total de 132 meses com carência de 36 meses e serão remuneradas através da TJLP + 1,92% a.a. A 2ª série possui prazo total de 133 meses com carência de 37 meses, a partir de 15 de outubro de 2014, e será remunerada à taxa de 8,25% a.a. + IPCA.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Quantidade	Atualização	Juros	Pagamento de juros	Amortização	Vencimento
1ª Série	28	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até outubro/2016 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de novembro de 2016)	Outubro/2024
2ª Série	30	IPCA	8,25% a.a.	Anual	Anual (a partir de novembro de 2017)	Novembro/2024
3ª Série	42	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até outubro/2016 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de novembro de 2016)	Outubro/2024

Os recursos irão reembolsar investimentos feitos em obras em sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto, composto pelos seguintes projetos: ETA Rio Grande, Litoral Norte, Vale do Paraíba e Mantiqueira, Bacia do Piracicaba - Capivari - Jundiá (PCJ) além de suportar parte do Programa de Redução de Perdas da SABESP.

A amortização antecipada, parcial ou total, das debêntures subscritas, quando autorizado pelo BNDES e/ou pela BNDESPAR, deverá ser realizada sempre em conjunto, respeitada a proporcionalidade existente entre os saldos devedores das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, da totalidade das emissões. O contrato não contempla prêmio pela antecipação.

(ii) Principais Resgates

Debêntures (11ª emissão)

Em 1º de março de 2013 a Companhia efetuou o resgate total da 11ª emissão de debêntures no montante de R\$ 1.060.428, sendo R\$ 1.012.500 referente ao principal e R\$ 47.928 referente aos juros e prêmio.

(iii) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Aplicáveis a 10ª emissão, 14ª emissão e 18ª emissão:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Ebitda ajustado / Receita operacional líquida ajustada deve ser igual ou superior a 38%.
- Ebitda ajustado / Despesas financeiras ajustadas deve ser igual ou superior a 2,35.
- Dívida líquida ajustada / Ebitda ajustado deve ser menor ou igual a 3,65.

Para essas Emissões, na hipótese de não atendimento dos níveis estabelecidos nos Compromissos Financeiros, a Companhia deverá constituir, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da comunicação por escrito dos debenturistas, garantias adicionais, aceitas pelos debenturistas, sob pena de ser decretado o vencimento antecipado do contrato.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos também possuem cláusulas de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações previstas na escritura, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

Aplicável a 12^a emissão:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0.
- Ebitda/Despesas financeiras pagas igual ou superior a 1,5.

A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos “covenants” deverá o agente fiduciário convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 50 milhões, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

Aplicáveis a 15^a emissão, 16^a emissão e 17^a emissão:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Dívida total ajustada em relação ao Ebitda menor ou igual a 3,65; e
- Ebitda/Despesas financeiras pagas igual ou superior a 1,5.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants”, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses, levará ao vencimento antecipado do contrato.

Os contratos possuem cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 90 milhões, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Caixa Econômica Federal

A garantia para os contratos é a vinculação de parte da arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto, até o valor total da dívida. Para os contratos firmados, também é realizada a constituição de conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à uma prestação de amortização do principal e acessórios da dívida.

(i) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

- AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho (*)
- Cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em razão de inadimplemento contratual, cuja ocorrência possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias decorrentes destas contratações, implicará em vencimento antecipado.

(c) BNDES

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 531 (2012 – R\$ 317), que serão amortizados durante a vigência de cada contrato.

(i) Principais captações

BNDES TIETÊ III

Contrato 12.2.1381. 1 – Firmado em fevereiro de 2013, no valor de R\$ 1.350.000, com a finalidade de financiar parte da contrapartida da Companhia na execução do projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa III, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O contrato tem como objetivo a implantação de coletores, interceptores, redes coletoras e ligações domiciliares de esgoto, bem como ampliação da capacidade de tratamento de esgoto na Região Metropolitana de São Paulo. Prazo total é de 180 meses, com 36 meses de carência e o primeiro desembolso ocorreu em 27 de dezembro de 2013.

Juros – Compostos pela TJLP limitada a 6% a.a., acrescida de “spread” de 1,66% a.a., a serem pagos trimestralmente durante o período de carência, e mensalmente na fase de retorno. A parcela da TJLP que exceder a 6% a.a. será incorporada ao saldo devedor em aberto.

A garantia para os contratos é a vinculação de parte da receita proveniente da prestação de serviços de água e esgoto.

(ii) Covenants

Para os contratos vigentes a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Aplicáveis a Baixada Santista, PAC, Onda Limpa e PAC II 9751, PAC II 9752:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho (*)

Aplicáveis a Baixada Santista, PAC, Onda Limpa e PAC II 9751, PAC II 9752, Tietê III e PAC 2012/2013:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- . Ebitda ajustado / Receita operacional líquida ajustada: igual ou superior a 38%.
- . Ebitda ajustado / Despesas financeiras ajustadas: igual ou superior a 2,35.
- . Dívida líquida ajustada / Ebitda ajustado: igual ou inferior a 3,65;

Na hipótese de não atendimento dos níveis estabelecidos nos Compromissos Financeiros, a Companhia deverá constituir, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, garantias adicionais, aceitas pelo BNDES, sob pena de suspensão da liberação dos recursos e, se for o caso, decretar o vencimento antecipado do contrato.

O contrato Onda Limpa possui cláusula “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste contrato, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(*) AMD - Acordo de Melhoria de Desempenho, calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

De acordo com a Instrução Normativa nº 05 de 22 de janeiro de 2008, os contratos que são objetos de fundos públicos de investimento, tendo como fonte de recurso o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”) ou Fundo de Amparo ao Trabalhador (“FAT”), os quais passam por seleção do Ministério das Cidades, devem manter um Acordo de Melhoria de Desempenho (“AMD”) válido, tendo metas, para indicadores financeiros e operacionais, projetadas anualmente para os 5 anos seguintes, com base na média dos dois últimos anos.

O Acordo de Melhoria de Desempenho, datado de 28 de maio de 2007 e aditado em agosto de 2012, foi celebrado entre a SABESP e o Governo Federal, tendo como intervenientes a Caixa Econômica Federal e o BNDES. De acordo com este contrato, a Companhia deve cumprir com pelo menos quatro dos oito indicadores operacionais e financeiros, estipulados para o período de 2012 à 2016. Se deixarmos de cumprir cinco destes indicadores, a Caixa Econômica Federal e o BNDES podem suspender os desembolsos e seríamos impedidos de celebrar quaisquer outros contratos de financiamento com essas instituições até que novas metas sejam negociadas. É previsto a possibilidade de renegociar as metas se necessário.

Em 14 de março de 2013, através da Instrução Normativa nº 06, o Ministério das Cidades revogou a Instrução Normativa nº 05 de 22 de janeiro de 2008, que regulamentava o Acordo de Melhoria de Desempenho. Conforme estipula o artigo 2º da Instrução Normativa nº 06, os AMD´s assinados até 14 de março de 2013 permanecerão válidos até a data de expiração de suas respectivas vigências, não sendo necessário a celebração ou a repactuação de AMD para as novas contratações.

(d) Arrendamento mercantil

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, as obras são capitalizadas ao ativo intangível em andamento e o valor do arrendamento é registrado na mesma proporção. Está previsto para 2014 e 2015 a finalização das obras.

Após a entrada em operação, é iniciado o período de pagamento do arrendamento (240 parcelas mensais), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice de preços contratado.

Em 31 de agosto de 2013, iniciou a operação da SES Campo Limpo Paulista e Várzea Paulista e o valor correspondente em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 144.384.

(e) Eurobônus

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 6.584 (2012 – R\$ 7.584), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(i) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

Limitar a captação de novas dívidas de modo que:

- . a dívida total ajustada em relação ao Ebitda não seja superior a 3,65;
- . o índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado na data de incursão dessa dívida, não seja inferior a 2,35.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de qualquer endividamento por empréstimos da Companhia ou qualquer de suas Subsidiárias tendo um valor de principal total de US\$ 25.000.000,00 ou mais (ou seu valor equivalente em outras moedas) implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(f) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 6.418 (2012 – R\$ 4.281), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(i) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeira anuais:

- . Contratos 713, 896 e 1.212 - As tarifas devem: a) produzir uma receita suficiente para cobrir os gastos de exploração do sistema, inclusive os relacionados com Administração, operação, manutenção e depreciação; b) proporcionar uma rentabilidade sobre o ativo imobilizado superior a 7%; e c) durante a execução do projeto os saldos dos empréstimos contratados a curto prazo não deverão ser superiores a 8,5% do seu patrimônio líquido.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula de “cross default” entre os contratos do BID (mesmo banco financeiro), ou seja, o vencimento antecipado ocorrerá, caso haja inadimplemento de qualquer obrigação com este ou quaisquer outros contratos subscritos com o Banco para financiamento de projeto.

(g) Banco Japonês para Cooperação Internacional - JICA

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 1.466 (2012 – R\$ 653), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(h) AB Loan (IADB 1983AB)

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 2.243 (2012 – R\$ 2.509), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(i) Covenants

A Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado a partir das demonstrações consolidadas, deve ser maior ou igual a 2,35; e

- Dívida total ajustada em relação ao Ebitda, determinado a partir das demonstrações consolidadas, deve ser menor ou igual a 3,65.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, se ocorrer e continuar ocorrendo um Evento de Inadimplemento (quer voluntário quer involuntário, quer resultante do efeito de qualquer lei aplicável quer de acordo com ou em virtude de qualquer ato ou omissão em agir por qualquer Autoridade ou outra), o BID pode, por comunicação para a Tomadora, determinar o vencimento antecipado do empréstimo ou parte dele como especificado no aviso (com juros acumulados sobre o mesmo) e todas as outras obrigações estão vencidas e são pagáveis imediatamente.

(i) Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 384 (2012 – R\$ 405), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Compromissos financeiros – “Covenants”

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(k) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

Caixa Econômica Federal

Em 02 de dezembro de 2013 a SABESP formalizou junto à Caixa Econômica Federal a contratação de nove operações de crédito na modalidade PAC. Os recursos são oriundos do Programa Saneamento para Todos, seleção do Ministério das Cidades – PAC 2012/2013. O total do investimento é da ordem de R\$ 1,31 bilhão, sendo R\$ 1,23 bilhão a serem financiados pela Caixa Econômica Federal e R\$ 80 milhões de contrapartida da SABESP. Os recursos serão aplicados em obras do Projeto Tietê e Programa Metropolitano de Água. Prazo total de até 24 anos, com até 4 anos de carência, dependendo da operação de crédito, e encargos financeiros de TR + 7,7% a.a..

BNDES PAC 2012/2013

Contrato 13.2.1060. 1 – Em 05 de dezembro de 2013 a SABESP formalizou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a contratação de operação de crédito. Os recursos são oriundos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, seleção do Ministério das Cidades relativo aos exercícios de 2012 e 2013. O total do investimento é da ordem de R\$ 462 milhões, sendo R\$ 415,8 milhões a serem financiados pelo BNDES e R\$ 46,2 milhões de contrapartida da SABESP. Os recursos serão aplicados em obras do Programa Metropolitano de Água. Prazo total de 144 meses, com 36 meses de carência e encargos financeiros de TJLP + 1,66% a.a..

A SABESP, para cumprir seu plano de investimentos, conta com um plano de captações de financiamento.

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, sendo liberados para a execução de seus respectivos investimentos, de acordo com o andamento das obras.

Agente	31 de dezembro de 2013
	(em milhões de Reais (*))
Caixa Econômica Federal	2.265
Banco Japonês para Cooperação Internacional – JICA	744
Inter-American Development Bank – BID	835
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	2.020
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	147
Outros	48
TOTAL	6.059

(*) Utilizada cotação de fechamento de 31/12/2013. (US\$ 1,00 = R\$ 2,3426; ¥ 1,00 = R\$ 0,02233).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Impostos e contribuições

(a) Ativo circulante

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Impostos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social	79.548	100.225
IRRF sobre aplicações financeiras	2.437	14.302
Outros tributos federais	4.764	3.238
Outros tributos municipais	656	656
Total dos tributos a recuperar	87.405	118.421

A redução do saldo da rubrica “Tributos a recuperar” deve-se principalmente ao menor saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar em 2013 e, da queda da provisão de IRRF sobre aplicações financeiras, devido à concentração das aplicações financeiras em fundos de investimentos, onde semestralmente (maio e novembro) devem ser recolhidos os tributos sobre o saldo das aplicações.

(b) Passivo circulante

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Impostos e contribuições a recolher		
Cofins e Pasep	21.797	46.576
Paes	-	19.011
INSS	30.822	29.401
IRRF	39.330	41.588
Outros	23.433	16.134
Total	115.382	152.710

A redução dos tributos a pagar do passivo circulante decorre principalmente da recuperação de crédito de Cofins e Pasep de 2012 e pela quitação do Paes no exercício.

A Companhia solicitou o Pedido de Parcelamento Especial (Paes) em 15 de julho de 2003, conforme Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, incluindo nesse pedido os débitos relativos à Cofins e ao Pasep envolvidos em ação judicial contra a aplicação da Lei nº 9.718/98, e consolidou o saldo remanescente do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O valor total incluído no Paes era de R\$ 316.953.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O débito relativo ao Paes (Parcelamento Especial) foi totalmente pago em 120 meses, sendo que a última parcela foi quitada em 28 de junho de 2013. Os montantes pagos em 2013 e 2012 foram de R\$ 19.164 e R\$ 37.421, respectivamente, e foram registradas despesas financeiras de R\$ 153 e R\$ 1.353, respectivamente. Não há saldo devedor em 31 de dezembro de 2013. Não há restrições nos ativos dados em garantia no Programa Refis anterior, no montante de R\$ 249.034, que continuaram a garantir os valores do Programa Paes, de acordo com a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, já que os créditos tributários incluídos no referido programa, foram extintos com pagamento da parcela final.

17 Impostos e contribuições diferidos

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Impostos diferidos ativo		
Provisões	506.568	512.107
Obrigações previdenciárias – G0 (1)	85.271	85.271
Obrigações previdenciárias – G1	215.187	193.125
Ganho/perda atuarial – Plano G1	(32.405)	9.405
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	43.901	41.312
Provisão para perdas de crédito	172.482	162.670
Outros	87.266	97.425
Total do ativo fiscal diferido	1.078.270	1.101.315
Impostos diferidos passivo		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(595.285)	(650.093)
Capitalização de custos de empréstimos	(200.343)	(158.298)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(81.711)	(77.827)
Outros	(86.901)	(69.795)
Total do passivo fiscal diferido	(964.240)	(956.013)
Ativo fiscal diferido líquido	114.030	145.302

- (1) Refere-se à parcela de R\$ 250.798 da correção do contas a receber (GESP), que foi provisionada como perda em anos anteriores.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Realização

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Impostos diferidos ativo		
a ser recuperado em até 12 meses	216.515	176.604
a ser recuperado depois de um ano	861.755	924.711
Total do ativo fiscal diferido	1.078.270	1.101.315
Impostos diferidos passivo		
a ser recuperado em até 12 meses	(37.126)	(38.267)
a ser recuperado depois de um ano	(927.114)	(917.746)
Total do passivo fiscal diferido	(964.240)	(956.013)
Ativo fiscal diferido	114.030	145.302

(c) Movimentação

	31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Variação líquida	31 de dezembro de 2013
Impostos diferidos ativo			
Provisões	512.107	(5.539)	506.568
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	-	85.271
Obrigações previdenciárias - G1	193.125	22.062	215.187
Ganho/perda atuarial – G1	9.405	(41.810)	(32.405)
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	41.312	2.589	43.901
Perdas de créditos	162.670	9.812	172.482
Outros	97.425	(10.159)	87.266
Total	1.101.315	(23.045)	1.078.270

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2013
Impostos diferidos passivo	Reapresentado	Variação líquida	
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(650.093)	54.808	(595.285)
Capitalização de custos de empréstimos	(158.298)	(42.045)	(200.343)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(77.827)	(3.884)	(81.711)
Outros	(69.795)	(17.106)	(86.901)
Total	(956.013)	(8.227)	(964.240)
Ativo fiscal diferido líquido	145.302	(31.272)	114.030

	1º de janeiro de 2012		31 de dezembro de 2012
Impostos diferidos ativo	Reapresentado	Variação líquida	
Provisões	575.473	(63.366)	512.107
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	-	85.271
Obrigações previdenciárias - G1	180.018	13.107	193.125
Ganho/perda atuarial – G1	(35.323)	44.728	9.405
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	38.213	3.099	41.312
Perdas de créditos	135.223	27.447	162.670
Outros	77.175	20.250	97.425
Total	1.056.050	45.265	1.101.315

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	1º de janeiro de 2012 Reapresentado	Variação líquida	31 de dezembro de 2012
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(692.210)	42.117	(650.093)
Capitalização de custos de empréstimos	(101.507)	(56.791)	(158.298)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(76.773)	(1.054)	(77.827)
Outros	(42.957)	(26.838)	(69.795)
Total	(913.447)	(42.566)	(956.013)
Ativo fiscal diferido líquido	142.603	2.699	145.302

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Saldo inicial	145.302	142.603
Variação líquida no ano:		
- contrapartida na demonstração de resultado	10.538	(42.029)
- contrapartida em ajuste de avaliação patrimonial	(41.810)	44.728
Total da variação	(31.272)	2.699
Saldo final	114.030	145.302

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012 Reapresentado
Lucro antes dos impostos	2.655.599	2.547.672
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(902.904)	(866.208)
Benefícios fiscais do juro sobre capital próprio	182.596	252.355
Diferenças permanentes		
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(33.279)	(32.514)
Doações	(12.218)	(11.447)
Outras diferenças	33.765	22.042
Imposto de renda e contribuição social	(732.040)	(635.772)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(742.578)	(593.743)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.538	(42.029)
Alíquota efetiva	28%	25%

(i) Diferença permanente relativa a provisão da obrigação atuarial (Nota 9 (vii)).

(e) Regime Tributário de Transição (RTT)

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2009 e 2008, a Companhia optou pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, convertida na Lei 11.941/09, por meio de registros no livro de apuração do lucro real – LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

A Companhia adota as mesmas práticas tributárias desde 2008, uma vez que o RTT passou a ser obrigatório e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

(f) Medida Provisória 627/2013

Em 11 de novembro de 2013, foi editada a Medida Provisória 627, alterando a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), à contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o Pis/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Tal Medida Provisória revoga o Regime Tributário Transitório (RTT), instituído pela Lei 11.941/09 e dispõe também sobre a

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior. A medida provisória permite a possibilidade da adoção de seus efeitos já no ano calendário de 2014.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da Medida Provisória 627/2013 e Instrução Normativa 1.397/2013 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na melhor interpretação do texto corrente da Medida Provisória. A possível conversão da Medida Provisória 627/2013 em Lei pode resultar em alteração na conclusão da Companhia, caso o texto final resulte em alterações não contempladas na Medida Provisória e alterem a forma de tributação atual a que a Companhia está sujeita. A Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre sua adoção antecipada ou não, consoante o texto final a ser promulgado.

18 Provisões

(a) Processos com probabilidade de perda provável

(i) Saldos Patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração acredita que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	Provisões	Depósitos Judiciais Vinculados	31 de dezembro de 2013	Provisões	Depósitos Judiciais Vinculados	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Ações com clientes (i)	621.999	(110.384)	511.615	652.663	(131.408)	521.255
Ações com fornecedores (ii)	340.100	(183.606)	156.494	290.593	(175.437)	115.156
Outras questões cíveis (iii)	129.400	(11.965)	117.435	169.513	(4.978)	164.535
Ações tributárias (iv)	59.659	(1.956)	57.703	71.141	(3.056)	68.085
Ações trabalhistas (v)	156.060	(1.614)	154.446	173.227	(1.529)	171.698
Ações ambientais (vi)	182.689	-	182.689	149.061	(636)	148.425
Total	1.489.907	(309.525)	1.180.382	1.506.198	(317.044)	1.189.154
Circulante	631.374	-	631.374	565.083	-	565.083
Não circulante	858.533	(309.525)	549.008	941.115	(317.044)	624.071

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2013
Ações com clientes (i)	652.663	109.920	106.094	(101.710)	(144.968)	621.999
Ações com fornecedores (ii)	290.593	17.126	45.328	(2.968)	(9.979)	340.100
Outras questões cíveis (iii)	169.513	31.022	26.517	(9.175)	(88.477)	129.400
Ações tributárias (iv)	71.141	2.506	7.981	(6.320)	(15.649)	59.659
Ações trabalhistas (v)	173.227	75.842	22.284	(80.670)	(34.623)	156.060
Ações ambientais (vi)	149.061	44.519	10.360	(660)	(20.591)	182.689
Subtotal	1.506.198	280.935	218.564	(201.503)	(314.287)	1.489.907
Depósitos judiciais vinculados	(317.044)	(34.318)	(17.391)	24.319	34.909	(309.525)
Total	1.189.154	246.617	201.173	(177.184)	(279.378)	1.180.382

(b) Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pela Administração como sendo de perda possível e que não estão registradas contabilmente. Os processos de naturezas passivas, classificados como de perda possível, estão assim representados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Ações com clientes (i)	737.800	862.100
Ações com fornecedores (ii)	1.071.000	775.200
Outras questões cíveis (iii)	422.400	362.000
Ações tributárias (iv)	570.700	490.900
Ações trabalhistas (v)	278.700	190.000
Ações ambientais (vi)	163.900	116.300
Total	3.244.500	2.796.500

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

(i) Ações com clientes

Aproximadamente 1.380 ações foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores e 720 ações em que pleiteiam a redução da tarifa de esgotos em função de perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia. A Companhia obteve decisões definitivas, tanto favoráveis como desfavoráveis, nas diversas instâncias judiciais, sendo constituídas provisões quando a expectativa de perda é considerada provável. O decréscimo ocorrido de R\$ 9.640 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais), está relacionado principalmente aos pagamentos e arquivamento de processos ocorridos no ano e a revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o exercício de 2013 compensados pelos juros, honorários e atualizações dos processos em andamento. Essas mesmas revisões de expectativas favoráveis à Companhia ocasionaram um decréscimo de R\$ 124.300 nos processos com expectativa de possível perda.

(ii) Ações com fornecedores

As reclamações com fornecedores foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Essas ações estão em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 41.338 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais) está relacionado principalmente a juros, honorários e atualizações de processos em andamento. O acréscimo ocorrido de R\$ 295.800 nos processos com expectativa de possível perda está relacionado ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2013 e a juros, honorários e atualizações de processos em andamento.

(iii) Outras questões cíveis

Referem-se principalmente a indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, que se encontra em diversas instâncias judiciais, provisionados quando classificados como de perda provável. O decréscimo apresentado de R\$ 47.100 para os casos de expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais), foi provocado por pagamentos e arquivamento de processos ocorridos no ano e revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o exercício de 2013. O acréscimo ocorrido de R\$ 60.400 nos processos com expectativa de possível perda está relacionado a juros, honorários e atualizações de processos em andamento e ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2013.

(iv) Ações Tributárias

Os processos de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte da administração da Companhia, provisionados quando classificados como de perda provável. O decréscimo ocorrido de R\$ 10.382 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais) foi provocado por pagamentos e arquivamento de processos ocorridos no ano e revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o exercício de 2013. O acréscimo ocorrido de R\$ 79.800 nos processos com expectativa de perda possível está relacionado ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2013 e principalmente à atualização decorrente das ações ajuizadas pelo município de São Paulo, conforme descritos no item "b" abaixo.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais processos são os seguintes:

(a) Em 2006, a Receita Federal, por meio de ação fiscal, autuou a Companhia com respeito as obrigações tributárias relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no ano calendário 2001, apurando crédito tributário atualizado em 31 de dezembro de 2013 no valor de R\$ 411.890 (dezembro/2012 – R\$ 389.505). A Companhia protocolou impugnação, tempestivamente, e recorrerá à autuação em todas as instâncias administrativas e judiciais. A administração da Companhia considera que aproximadamente 90% desse processo administrativo, é considerado como de perda remota, e 10% como de perda possível.

(b) O Município de São Paulo, por meio de lei, revogou a isenção do imposto sobre serviços que até então a empresa detinha e na sequência efetuou autuações relativas ao serviço de esgotamento sanitário e sobre atividades meio, em um montante atualizado de R\$ 307.817 (dezembro/2012 – R\$ 264.627), que atualmente são objeto de três Executivos Fiscais, classificadas pela Administração como possível perda. A SABESP impetrou mandado de segurança contra a revogação, que teve a segurança denegada, estando atualmente em fase de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos. Ajuizou ainda medidas cautelares e ações anulatórias, visando a suspensão da exigibilidade dos créditos e a nulidade das autuações, por entender que, não obstante a revogação da isenção, as atividades relativas ao esgotamento sanitário e às atividades meio não estão no rol das atividades passíveis de serem tributadas pelo Município. A administração da Companhia avaliou o risco como de possível perda.

(c) A Receita Federal do Brasil indeferiu alguns pedidos de compensação realizados pela Companhia, que objetivavam a extinção de créditos tributários do IRPJ/CSLL, com aproveitamento de montantes que lhe eram favoráveis, oriundos de recolhimentos indevidos do IRPJ/CSLL, pagos por estimativa mensal. O valor envolvido nesses processos atualizados em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 50.065 (dezembro/2012 – R\$ 47.498). A administração da Companhia avaliou o risco como de perda possível.

(d) A Companhia teve indeferido Pedido de Compensação de tributos, devidos nas competências de julho, agosto e setembro de 2002, com o aproveitamento dos créditos advindos do excesso de recolhimentos do IRPJ nos anos de 1997 e 1998 causados pela realocação das parcelas de correção monetária sobre as demonstrações financeiras (Lei 8.200/91), que haviam sido antecipadas no ano de 1996 por força de liminar, posteriormente excluídas por desistência do processo e adesão à MP 38/02. Após o julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, restou não homologado pelo Fisco o crédito provindo da competência de 1997. O valor envolvido está estimado e atualizado em 31 de dezembro de 2013 em R\$ 43.689 (dezembro/2012 – R\$ 42.403). A administração da Companhia avaliou o risco como de perda possível.

(e) Em 23 de junho de 2010, a SABESP celebrou com o Município de São Paulo contrato, cujo objeto é a prestação dos serviços de água e coleta de esgotos. Para a celebração do presente acordo, algumas ações judiciais entre as partes foram extintas. Porém outras não fizeram parte do mencionado ajuste, prosseguindo o feito normalmente. Estas ações, cuja expectativa é provável e possível perda, versam sobre tributos e multas em geral e o montante atualizado até 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 13.696 (dezembro/2012 – R\$ 23.882) e R\$ 62.979 (dezembro/2012 – R\$ 39.063), respectivamente.

(f) Em 2005 a Receita Federal indeferiu parcialmente Pedido de Compensação realizado pela Companhia, que objetivava a extinção de crédito tributário do IRPJ, de aproximadamente R\$ 56.118, e da CSLL, de aproximadamente R\$ 8.659, dos períodos de apuração janeiro a abril de 2003, com o aproveitamento de saldos negativos de IRPJ e CSLL de anos anteriores. No despacho decisório, a autoridade não homologou o equivalente a

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

R\$ 11.164 de IRPJ e R\$ 698 de CSLL, totalizando valor aproximado de R\$ 11.862. A Companhia obteve provimento parcial no recurso de manifestação de inconformidade interposto, de maneira que classificou como de possível perda o valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 6.999 (dezembro/2012 – R\$ 6.782) e de perda provável o valor de R\$ 1.194 (dezembro/2012 – R\$ 1.157).

(g) A SABESP interpôs dois mandados de segurança, visando a declaração de inconstitucionalidade de lei municipal que impõe cobrança de taxa decorrente de uso de áreas públicas para a instalação de rede de água e de esgoto, para a prestação de serviços públicos de saneamento básico. O primeiro mandado de segurança teve provimento parcial, mas não surtirá efeito porque as leis municipais foram revogadas e o segundo aguarda julgamento de recurso de apelação do Município, uma vez que neste mandado a segurança foi concedida suspendendo a cobrança pelo uso do solo urbano e prestação de caução. A Administração avaliou o risco como possível perda, porém, não foi possível fazer uma estimativa do valor envolvido, tendo em vista que seria necessário saber a extensão das redes de água e esgotos e demais equipamentos instalados no solo urbano do município (vias públicas), bem como definir o valor do respectivo terreno com base na metragem utilizada.

(v) Ações Trabalhistas

A Companhia está envolvida em diversos processos trabalhistas, tais como questões referentes à horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial e outros pleitos, sendo que parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais, classificado, dessa forma, como de probabilidade de perda provável e, consequentemente, provisionados. O decréscimo de R\$ 17.252 ocorridos nos processos de provável perda (líquidos dos depósitos judiciais) se deve, principalmente, aos pagamentos e arquivamento de processos ocorridos no ano de 2013. O acréscimo de R\$ 88.700 ocorrido nos processos de perda possível se deve ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2013.

(vi) Ações Ambientais

As ações ambientais referem-se a vários processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e outros, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento além da imposição de indenização por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Companhia nesse momento, no entanto podem diferir do montante a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos. O acréscimo ocorrido de R\$ 34.264 nos processos com expectativa de perda provável (líquido dos depósitos judiciais) está relacionado principalmente ao complemento de estimativas dos processos em andamento. O acréscimo de R\$ 47.600 ocorrido nos processos de perda possível se deve ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2013 e ao complemento de estimativas dos processos em andamento.

Dentre os principais casos que a Companhia está envolvida, existem quatro ações civis públicas, cujos objetos são: a) condenar a SABESP a abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento; b) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do Município, sob pena de pagamento de multa; c) pagamento de indenização pelos danos ambientais; dentre outros. Em 31 de dezembro de 2013 a administração classificou parte das demandas como de provável perda, no montante de R\$ 158.135 (dezembro/2012 – R\$ 127.514) e, outra parte como possível perda no montante de R\$ 124.880 (dezembro/2012 – R\$ 85.081).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vii) Processos com acordos firmados em 2013

A Companhia firmou, durante o exercício de 2013, diversos acordos judiciais e administrativos, sendo que os principais totalizam o montante de R\$ 29.460. Desse valor, R\$ 28.692 está relacionado a obras e R\$ 768 relacionados às compensações ambientais, este último, registrado como “outras obrigações”, no Balanço Patrimonial. O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2013, relativo a essas obrigações ambientais totalizam o montante de R\$ 15.363.

(viii) Outros processos relacionados às concessões

A Companhia é parte em processos relacionados às concessões, casos em que pode perder o direito de explorar os serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto em alguns municípios, dentre os quais destacamos: a) O Município de Cajobi ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, esta foi julgada procedente para manter o Município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto, com expectativa de provável perda; b) O Município de Tarumã ajuizou ação cautelar contra a SABESP, sendo que a operação está mantida, mas ainda não existe decisão definitiva, com expectativa de possível perda; c) A Companhia ajuizou ação ordinária contra o Município de Santos, sendo que a operação está mantida e existe decisão definitiva de 2ª instância favorável a SABESP, com expectativa de perda remota; d) A Companhia ingressou com ação de reintegração de posse contra o Município de Álvares Florence, a decisão de segunda instância foi desfavorável para SABESP e a operação não está mantida, com expectativa de provável perda; e) A Companhia ajuizou Ação de Reintegração de Posse em face do Município de Macatuba objetivando liminarmente retornar à posse das instalações afetadas à concessão, a medida liminar foi indeferida e a operação não está mantida no Município até a presente data, com expectativa possível perda; f) A Companhia ingressou com ação de reintegração de posse em face do Município de Iperó, esta foi julgada improcedente em primeira e 2ª instâncias. Atualmente aguarda aceitação dos recursos extremos, com expectativa de provável perda; g) O município de Embaúba ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, com pedido de liminar, para mantê-lo na posse; o pedido foi deferido e cumprido em 20 de maio de 2013. A decisão foi contestada e interpusemos agravo de instrumento contra a decisão liminar. Tanto a ação de reintegração como a decisão liminar aguardam julgamento, com expectativa de possível perda.

Ver informações sobre processos referente a EMAE na Nota 9 (c).

19 Benefícios a funcionários

(a) Plano de benefício assistencial

Administrado pela Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV, é constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram às seguintes:

- . Da Companhia: 7,3% (31 de dezembro de 2012 – 7,8%) em média da folha bruta de salários;
- . Dos participantes: 3,21%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,2% da folha de pagamento.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Planos de benefícios previdenciários

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Plano financiado – G1 (i)		
Valor presente das obrigações de benefício definido	1.988.912	2.262.440
Valor justo dos ativos do plano	<u>(1.442.164)</u>	<u>(1.657.608)</u>
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	<u>546.748</u>	<u>604.832</u>

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Plano não financiado – G0 (iii)		
Valor presente das obrigações de benefício definido	1.780.268	1.987.718
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	<u>1.780.268</u>	<u>1.987.718</u>
Passivo no balanço patrimonial – obrigações previdenciárias (*)	<u>2.327.016</u>	<u>2.592.550</u>

(*) A redução do passivo em 2013 é devida, principalmente, pelo aumento na taxa de desconto de 4,10% e 4,00% em 2012 para 6,36% e 6,46% em 2013, respectivamente, para os planos G1 e G0.

A Companhia em atendimento a CPC33 (R1) e IAS19, reconhece os (ganhos)/perdas no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

	Plano G1	Plano G0	Total
Em 31 de dezembro de 2013			
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	432.426	244.121	676.547
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	(312.857)	-	(312.857)
Outros	<u>3.404</u>	<u>-</u>	<u>3.404</u>
Total dos ganhos/(perdas)	122.973	244.121	367.094
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Plano G1	<u>(41.810)</u>	<u>-</u>	<u>(41.810)</u>
Ajuste de avaliação patrimonial	81.163	244.121	325.284

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano G1	Plano G0	Total
Em 31 de dezembro de 2012			
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	(488.956)	(371.035)	(859.991)
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	357.400	-	357.400
Total dos ganhos/(perdas)	(131.556)	(371.035)	(502.591)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Plano G1	44.729	-	44.729
Ajuste de avaliação patrimonial	(86.827)	(371.035)	(457.862)

(i) Plano G1

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESPREV, o plano de benefício definido (“Plano G1”) recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da Sabesp que é o seguinte:

- 1,16% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 9,88% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía um compromisso atuarial, líquido de R\$ 546.748 (R\$ 604.832 em 31 de dezembro de 2012) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos relacionados.

	2013	2012 Reapresentado
Obrigação de benefício definido, início do exercício	2.262.440	1.638.220
Custo do serviço corrente	27.947	27.764
Custo dos juros	206.429	176.762
(Ganhos)/perdas atuariais contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	(432.426)	488.956
Benefícios pagos	(75.478)	(69.262)
Obrigação de benefício definido, final do exercício	<u>1.988.912</u>	<u>2.262.440</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano ao longo do ano é como segue:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013	2012 Reapresentado
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	1.657.608	1.203.493
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	151.139	147.548
Contribuições esperadas da Companhia	10.876	7.411
Contribuições esperadas dos participantes	10.876	11.018
Benefícios pagos	(75.478)	(69.262)
Ganhos/(perdas) financeiros contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	(312.857)	357.400
Valor justo dos ativos do plano, final do exercício	<u>1.442.164</u>	<u>1.657.608</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como segue:

	2013
Custo do serviço corrente	27.947
Custo dos juros	206.429
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	(151.139)
Total reconhecido na demonstração do resultado	<u>83.237</u>

Em 2013 as despesas relacionadas à obrigação de benefício definido nos montantes de R\$ 55.781, R\$ 7.977 e R\$ 19.479, foram alocadas em custos operacionais, despesas de vendas e despesas administrativas.

	2014
Despesas previstas	
Custo do serviço corrente	30.072
Custo dos juros	54.850
Contribuição dos participantes	(20.559)
Total da despesa adicional a reconhecer	<u>64.363</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Premissas atuariais:

	2013	2012
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	6,36% a.a.	4,10% a.a.
Taxa de inflação	5,80% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de rendimento esperada dos ativos	12,53% a.a.	9,30% a.a.
Aumento salarial futuro	7,92% a.a.	7,10% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

O número de participantes ativos em 31 de dezembro de 2013 era de 8.885 (9.283 em 31 de dezembro de 2012), e inativos era de 6.597 (6.328 em 31 de dezembro de 2012).

O benefício a ser pago do plano de pensão G1, esperado para o ano de 2014 é de R\$ 117.491.

A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2013 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

Plano de pensão - G1	Alteração da premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 192.978
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 231.785
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 62.785
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 53.478
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 34.209
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 37.988

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo obter retornos condizentes e reduzir os riscos associados a utilização de ativos financeiros disponíveis no Mercado de Capitais por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e a natureza de longo prazo do passivo do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela legislação. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de seu gerenciamento são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela SABESPREV e consultores financeiros independentes:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Renda fixa			
- NTN-B's		712.017	772.882
- NTNC's		132.265	214.894
- NTN-F's		<u>5.858</u>	<u>6.835</u>
Titulos públicos em carteira própria	(a)	850.140	994.611
Cotas de fundos de renda fixa	(b)	80.931	148.005
Cotas de fundos de investimento em crédito privado	(c)	<u>78.034</u>	<u>79.852</u>
Total renda fixa		1.009.105	1.222.468
Renda variável			
Cotas de fundos de investimento em ações	(d)	<u>259.717</u>	<u>226.123</u>
Total renda variável		259.717	226.123
Investimentos estruturados			
Cotas de fundos de investimento em participações	(e)	76.338	67.867
Cotas de fundos de investimento imobiliários	(f)	40.220	77.876
Cotas de fundos de investimento multimercados	(g)	<u>25.806</u>	<u>44.590</u>
Total investimentos estruturados		142.364	190.333
Outros	(h)	30.978	18.684
Valor justo dos ativos do plano		<u>1.442.164</u>	<u>1.657.608</u>

(a) Renda fixa: composta por títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, que vão de 2017 a 2050. Esses papéis tem como indexador os seguintes índices: NTN-B indexado pelo IPCA, NTN-C indexado pelo IGPM e NTN-F que tem indexador pré-fixado.

(b) Cotas de Fundo de Renda Fixa: Fundos de investimentos que buscam retorno em ativos de renda fixa e devem possuir, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados diretamente, sintetizados via derivativos, ao fator de risco.

(c) Cotas de Fundos de Investimento em Crédito Privado: Fundos que buscam retorno por meio de aquisição de operações representativas de dívidas corporativas ou de carteira de recebíveis pulverizadas (diretos ou títulos), originadas e vendidas por diversos cedentes, que antecipam recursos e têm como de lastros recebíveis de atividades empresariais diversas.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Renda variável: Fundo de ações, composto por ações de empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa.

(e) Cotas de Fundos de Investimento em Participações: Constituído em forma de condomínio fechado. Os recursos sob sua administração são destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas.

(f) Cotas de Fundos de Investimento Imobiliários: Fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, shopping centers, hospitais, etc). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do Fundo ou pela venda das suas cotas no Fundo.

(g) Cotas de Fundos de Investimento Multimercados: Podem ser classificados como Multimercados Referenciados DI ou Multimercado Long & Short, buscam retorno básico do CDI ou arbitragem em ações, respectivamente.

(h) Outros: basicamente formado por empréstimos e imóveis.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal são:

- i) papéis securitizados pelo Tesouro Nacional não serão permitidos;
- ii) exposição a flutuações na taxa de câmbio não serão permitidas, na carteira e os derivativos só devem ser utilizados para proteção contra a exposição existente.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são como segue:

- i) operações de *day-trade* não serão permitidas;
- ii) é proibida a venda de ações a descoberto;
- iii) são proibidas operações de *swap* sem garantia;
- iv) não será permitida a alavancagem, i.e., operações com derivativos que representam uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.

A SABESPREV não possui em sua carteira de investimentos, títulos de renda fixa, emitidos pela Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Os imóveis mantidos em carteira não são usados pela Companhia.

Os ativos do plano renderam 7,4% em 2013 e 16,7% em 2012. Essa variação foi caracterizada, principalmente, pelas dificuldades trazidas ao mercado de capitais brasileiro, como consequência dos ambientes macroeconômicos – interno (combinação de baixo crescimento e o ciclo de alta da taxa básica de juros) e externo (recuperação da economia americana, num patamar acima do esperado e a percepção de que as economias da zona do Euro deixaram de piorar), que fizeram com que os preços dos ativos tivessem uma significativa perda de valor.

As contribuições da Companhia e dos participantes ao Plano G1 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 18.348 (Dezembro/2012 – R\$ 7.411) e R\$ 18.416 (Dezembro/12 – R\$ 8.935), respectivamente.

A Companhia e a SabespPrev estão em processo de negociação para que o déficit atuarial seja equacionado, mediante a continuidade da migração do Plano BD para o Plano SabespPrev Mais. A Administração estima reduzir o déficit

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

atuarial em decorrência da mudança dos referidos planos.

(ii) Plano de benefício previdenciário – Contribuição definida

Em 31 de dezembro de 2013, o Plano Sabesprev Mais, modelado em contribuição definida tinha 5.627 participantes entre ativos e assistidos.

Para o Plano Sabesprev Mais, as contribuições da patrocinadora corresponderão ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

No Plano Sabesprev Mais, o montante de compromisso apurado para todos os participantes que migraram até 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 10.613 (dezembro/2012 – R\$ 12.441) referentes a participantes ativos. A Companhia efetuou contribuições no montante R\$ 8.446, no exercício de 2013 (dezembro/2012 – R\$ 7.496).

(iii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4819/58, funcionários que prestaram serviços antes de maio de 1974 e foram aposentados como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Governo do Estado e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Governo do Estado. Em 31 de dezembro de 2013, a obrigação de benefício definido para o Plano G0 era de R\$ 1.780.268 (dezembro/2012 - R\$ 1.987.718).

	2013	2012 Reapresentado
Obrigação de benefício definido, início do exercício	1.987.718	1.581.600
Custo dos juros e serviço corrente	176.766	167.787
(Ganhos)/perdas atuariais contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	(244.121)	371.035
Benefícios pagos	(140.095)	(132.704)
Obrigação de benefício definido, final do exercício	<u>1.780.268</u>	<u>1.987.718</u>

Valores reconhecidos na demonstração de resultado:

	2013
Custo do serviço corrente	296
Custo dos juros	<u>176.470</u>
Total	<u>176.766</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2013 a despesa relacionada à obrigação de benefício definido nos termos do Plano G0 foi registrada em Despesas Administrativas.

Despesas previstas	2014
Custo dos juros	224.931
Total da despesa adicional a reconhecer	224.931

Principais premissas atuariais utilizadas:

	2013	2012
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	6,46% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de inflação	5,80% a.a.	5,00% a.a.
Aumento salarial futuro	7,92% a.a.	7,10% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

O número de participantes ativo do plano G0 em 31 de dezembro de 2013 é de 24 (27 em 31 de dezembro de 2012) e o número de participantes assistidos e pensionistas em 31 de dezembro de 2013 é de 2.412 (2.318 em 31 de dezembro de 2012).

O benefício a ser pago do plano de pensão G0, esperado para o ano de 2014 é de R\$ 149.728.

A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2013 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

Plano de pensão – G0	Alteração da premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 145.899
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 170.444
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 176.960
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 152.934
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 59.817
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 62.843

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Participação nos resultados

Com base nas negociações realizadas entre a Companhia e as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados, considerando o período de janeiro a dezembro de 2013, com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. No ano de 2013 o montante foi de R\$ 68.495 (2012 – R\$ 60.479).

20 Serviços a pagar

Na conta de serviços, são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias entre outros. Também são registrados os valores a pagar de participação na receita da Prefeitura Municipal de São Paulo (Nota 13 (v)). Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era de R\$ 323.208 e R\$ 389.091, respectivamente.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 10.000.000 (dezembro/2012 – R\$ 10.000.000), mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

Em caso de aumento do capital social, emissão de debêntures conversíveis e/ou bônus de subscrição mediante subscrição particular, os acionistas terão direito de preferência na proporção do número de ações que possuírem na ocasião, observado o disposto no Artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

(b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é composto de 683.509.869 ações ordinárias (dezembro/2012 – 683.509.869, após desdobramento informado abaixo), escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Houve aumento de ações devido ao desdobramento de ações em 22 de abril de 2013.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Número de ações	%	Número de ações (**)	%
Secretaria da Fazenda	343.524.258	50,26%	343.524.258	50,26%
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	174.076.755	25,47%	172.570.122	25,25%
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações) (*)	165.291.202	24,18%	166.806.858	24,40%
Outros	617.654	0,09%	608.631	0,09%
	<u>683.509.869</u>	<u>100,00%</u>	<u>683.509.869</u>	<u>100,00%</u>

(*) cada ADR corresponde a 1 ação.

(**) quantidade reapresentada devido ao desdobramento ocorrido em 22 de abril de 2013.

(c) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

	2013
Lucro líquido do exercício	1.923.559
(-) Reserva legal - 5%	(96.178)
	<u>1.827.381</u>
Dividendo mínimo obrigatório – 25% (R\$ 0,6684 por ação)	<u>456.845</u>

Foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, em 22 de abril de 2013, a distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 534.277, relativo ao exercício de 2012. Dessa forma, o valor de R\$ 80.201, relativo ao excedente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, estabelecido no estatuto, registrado no patrimônio líquido de 2012 na rubrica “Dividendos adicionais propostos” foi transferido para o passivo circulante, sendo que tais valores foram pagos em junho de 2013. Os juros de R\$ 498.684, líquidos do imposto de renda na fonte, de R\$ 35.593, totalizaram R\$ 534.277.

A Companhia propôs “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas de 2014, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 456.845, correspondentes a R\$ 0,6684 por ação ordinária, líquidos do imposto de renda na fonte, de R\$ 37.758, a serem referendados na Assembleia Geral em 30 de abril de 2014.

A Companhia registrou dividendos a pagar na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 456.845, considerando o limite mínimo estabelecido no estatuto. O montante excedente ao valor do dividendo mínimo obrigatório devido no exercício, de R\$ 80.620 foi reclassificada dentro do Patrimônio Líquido para a conta de

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

“Dividendos adicionais propostos”, neste montante está considerado o valor do imposto de renda na fonte de R\$ 37.758.

De acordo com a Deliberação CVM nº 207/1996, a Companhia imputou os juros sobre o capital próprio ao dividendo mínimo, pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte. O valor de R\$ 37.758 referente ao imposto de renda na fonte foi reconhecido no passivo circulante, para cumprir com as obrigações fiscais relativos ao crédito do juros sobre o capital próprio.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 456.845 é líquido do imposto de renda retido na fonte.

(d) Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia e que poderá ser utilizada apenas para aumento de capital.

(e) Reserva legal

Reserva de lucros - reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Além disso, tal reserva não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

(f) Reserva de investimentos

Reserva de lucros - reserva para investimentos: é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo da reserva para investimentos era de R\$ 5.980.535 e R\$ 4.690.619, respectivamente.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do Artigo 28 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à assembleia geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá os seguintes critérios:

- I- seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;
- II- a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:
 - a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
 - c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
 - d) na incorporação ao capital social.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Destinação do lucro do exercício

	2013
Lucro líquido	
(+) Lucro do exercício	1.923.559
(-) Reserva legal – 5%	96.178
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	456.845
(-) Dividendos adicionais propostos	80.620
Reserva de investimentos constituída em 2013	<u>1.289.916</u>

A Administração encaminhará para aprovação da assembleia geral proposta para a transferência dos saldos de lucros acumulados, no valor de R\$ 1.289.916 para a conta de Reserva para Investimentos, para fazer face às necessidades de investimentos prevista no Orçamento de Capital. Juntamente, encaminhará a proposta de capitalização de parte da reserva de lucros no valor de R\$ 3.672.057, em função desta exceder o valor do capital social em 31 de dezembro de 2013. Além disso será proposta a capitalização integral da reserva de capital no montante de R\$ 124.255.

Após a capitalização de parte da reserva de lucros e do total da reserva de capital, a ser ainda aprovada pela Assembleia Geral, o capital social passará a ser de R\$ 10.000.000.

(h) Lucros acumulados

Lucros acumulados: o saldo estatutário desta conta é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

(i) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social. Ver na Nota 19 (b) a divulgação da composição dos valores contabilizados em 2013 e 2012.

22 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013	2012 Reapresentado
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.923.559	1.911.900
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	683.509.869	683.509.869 (*)
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	2,81	2,80

(*) Quantidade reapresentada devido ao desdobramento ocorrido em 22 de abril de 2013.

23 Informações por segmento de negócios

A administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviço de água e esgoto.

(i) Resultado

	2013		Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
	Água	Esgoto		
Receita operacional bruta clientes externos	5.276.056	4.263.965	2.444.735	11.984.756
Deduções da receita bruta	(370.091)	(299.098)	-	(669.189)
Receita operacional líquida clientes externos	4.905.965	3.964.867	2.444.735	11.315.567
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.512.559)	(2.275.437)	(2.394.487)	(8.182.483)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	1.393.406	1.689.430	50.248	3.133.084
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas				3.296
Equivalência patrimonial				2.465
Resultado financeiro, líquido				(483.246)
Lucro operacional antes dos impostos				2.655.599
Depreciação e amortização	461.426	409.647	-	871.073

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012			
	Reapresentado			
	Água	Esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta clientes externos	4.944.257	3.982.480	2.464.482	11.391.219
Deduções da receita bruta	(362.003)	(291.585)	-	(653.588)
Receita operacional líquida clientes externos	4.582.254	3.690.895	2.464.482	10.737.631
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.406.588)	(2.043.582)	(2.414.410)	(7.864.580)
Lucro operacional antes das outras receitas / (despesas) operacionais líquidas e equivalência patrimonial	1.175.666	1.647.313	50.072	2.873.051
Outras despesas operacionais líquidas				(23.175)
Equivalência patrimonial				(6.532)
Resultado financeiro, líquido				(295.672)
Lucro operacional antes dos impostos				2.547.672
Depreciação e amortização	403.980	334.545	-	738.525

Explicação para os itens de reconciliação para as Demonstrações Financeiras: Os impactos na receita operacional bruta e nos custos são como segue:

	2013	2012 Reapresentado
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	2.444.735	2.464.482
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	2.394.487	2.414.410
Margem de construção	50.248	50.072

- (a) A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17 (R1), “Contratos de Construção” (IAS 11) usando o método de execução percentual. Vide Nota 13 (c) e (g).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível, conforme segue:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Ativo intangível:		
Serviços de água	9.741.582	9.126.097
Serviços de esgoto	12.298.412	11.199.727
Ativos dos segmentos reportados	22.039.994	20.325.824
Outros intangíveis	1.806.237	1.641.702
Total do intangível	23.846.231	21.967.526

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

24 Receitas operacionais

(a) Receita de serviços de água e esgoto:

	2013	2012 Reapresentado
Região Metropolitana de São Paulo	6.984.364	6.625.041
Sistemas Regionais (i)	2.555.657	2.301.696
Total (ii)	9.540.021	8.926.737

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

(ii) A receita de serviços de água e esgoto, apresentou um acréscimo de 6,9% em 31 de dezembro de 2013 quando comparado ao exercício de 2012. O volume faturado cresceu 2,8% em 31 de dezembro de 2013 e o impacto do reajuste tarifário do ano de 2013 sobre 2012 foi de 5,65% .

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:

	2013	2012 Reapresentado
Receita de serviços de água e esgoto	9.540.021	8.926.737
Receitas de construção (Nota 13 (c))	2.444.735	2.464.482
Impostos sobre vendas	(669.189)	(653.588)
Receita líquida	<u>11.315.567</u>	<u>10.737.631</u>

25 Custos e despesas operacionais

	2013	2012 Reapresentado
Custos operacionais		
Salários e encargos	1.348.933	1.224.335
Obrigações previdenciárias	59.237	36.480
Custos de construção (Nota 13 (c))	2.394.487	2.414.410
Materiais gerais	179.771	169.096
Materiais de tratamento	240.730	177.453
Serviços de terceiros	786.515	724.478
Energia elétrica	551.630	588.183
Despesas gerais	444.663	400.446
Depreciação e amortização	<u>810.297</u>	<u>715.070</u>
	<u>6.816.263</u>	<u>6.449.951</u>
Despesas com vendas		
Salários e encargos	215.083	198.762
Obrigações previdenciárias	8.470	6.054
Materiais gerais	6.995	8.313
Serviços de terceiros	208.943	205.393
Energia elétrica	557	629
Despesas gerais	82.470	77.848
Depreciação e amortização	10.721	8.017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (Nota 8 (c))	<u>103.864</u>	<u>192.236</u>
	<u>637.103</u>	<u>697.252</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013	2012 Reapresentado
Despesas administrativas		
Salários e encargos	176.845	168.514
Obrigações previdenciárias	118.600	104.717
Materiais gerais	6.700	4.374
Serviços de terceiros	116.735	145.673
Energia elétrica	694	1.175
Despesas gerais	183.874	209.191
Depreciação e amortização	50.055	15.438
Despesas fiscais	75.614	68.295
	<u>729.117</u>	<u>717.377</u>
Custos e despesas operacionais		
Salários e encargos	1.740.861	1.591.611
Obrigações previdenciárias	186.307	147.251
Custos de construção (Nota 13 (c))	2.394.487	2.414.410
Materiais gerais	193.466	181.783
Materiais de tratamento	240.730	177.453
Serviços de terceiros	1.112.193	1.075.544
Energia elétrica	552.881	589.987
Despesas gerais	711.007	687.485
Depreciação e amortização	871.073	738.525
Despesas fiscais	75.614	68.295
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (Nota 8 (c))	103.864	192.236
	<u>8.182.483</u>	<u>7.864.580</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Receitas e despesas financeiras

	2013	2012 Reapresentado
Despesas financeiras		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(294.729)	(304.736)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(84.648)	(87.800)
Outras despesas financeiras (i)	(62.882)	(33.860)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(10.662)	(11.660)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (ii)	(72.657)	(34.599)
Variação monetária sobre déficit incentivo SabespPrev mais (iii)	(1.334)	(1.525)
Outras variações monetárias (iv)	(5.731)	(6.657)
Juros e variações monetárias sobre provisões	(70.267)	(97.393)
Total de despesas financeiras	<u>(602.910)</u>	<u>(578.230)</u>
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas (v)	85.245	66.497
Rendimento de aplicações financeiras	151.106	162.928
Juros e outras (vi)	149.759	103.704
Total de receitas financeiras	<u>386.110</u>	<u>333.129</u>
Finanças, líquidas antes das variações cambiais	<u>(216.800)</u>	<u>(245.101)</u>
Variações cambiais		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (vii)	(267.835)	(50.523)
Outras variações cambiais	(6)	(43)
Variação cambial ativa	1.395	(5)
Variações cambiais, líquidas	<u>(266.446)</u>	<u>(50.571)</u>
Finanças líquidas	<u>(483.246)</u>	<u>(295.672)</u>

- (i) Essa variação é decorrente, principalmente, do juros do contrato da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê – CAB – Sistema Produtor Alto Tietê S/A no montante de R\$ 32.198 em 2013.
- (ii) A variação da conta é decorrente, principalmente, do aumento no estoque da dívida indexada ao IPCA em razão da captação da 17ª Emissão de Debêntures. Essa variação monetária é decorrente das mudanças nos indexadores definidos nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como, UPR,

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IPCA, CDI e TJLP, que foram de 0,2%, 5,9%, 9,8% e 5,0%, respectivamente, em 2013. (0,3%, 5,8%, 6,9% e 5,5%, respectivamente, em 2012). As exposições a essas taxas são demonstradas na Nota 4.3.1.

- (iii) Essa variação monetária é decorrente da mudança no indexador INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que foi de 5,6% em 2013 (6,2% em 2012), e que é utilizado para corrigir o saldo do compromisso da SABESP com relação ao déficit do plano de pensão Sabesprev mais.
- (iv) Outras despesas com variações monetárias são substancialmente atualização dos passivos referente aos compromissos de investimentos exigidos pelas parcerias público-privada e principalmente, contratos de programa que são indexados por IPC e IPCA que foram de 3,9% e 5,9% em 2013 e 5,1% e 5,8% em 2012, respectivamente.
- (v) Essas variações monetárias são decorrentes das contas/faturas do contas a receber em atraso que são atualizadas dependendo da data do pagamento, pelos indexadores IPCA (5,9% em 2013 e 5,8% em 2012) ou IPC-FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, 3,9% em 2013 e 5,1% em 2012), e dos depósitos judiciais, que são atualizados pelo índice definido pelo judiciário brasileiro que teve uma variação de 5,6% em 2013 e 6,0% em 2012.
- (vi) A variação da conta é decorrente, principalmente, da aplicação de juros sobre acordos e parcelamentos.
- (vii) O acréscimo na variação cambial sobre empréstimos e financiamentos é decorrente, principalmente, de maior valorização do dólar norte-americano frente ao real no ano de 2013, em 14,6%, quando comparada com a valorização de 8,9% apresentada em 2012.

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2013	2012 Reapresentado
Outras receitas operacionais líquidas	57.382	68.364
Outras despesas operacionais (i)	(54.086)	(91.539)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>3.296</u>	<u>(23.175)</u>

As outras receitas operacionais compõem-se, de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura.

As outras despesas operacionais compõem-se, da baixa de bens do ativo imobilizado por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perda do ativo imobilizado.

- (i) A variação refere-se principalmente à provisão para perdas do município de Diadema e reconhecida em 2012 no

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

montante de R\$ 60.295. Em 2013, refere-se a registro de baixa de bens, em função de substituição de ligações, antigas por novas, de água e esgoto no montante de R\$ 17.851.

28 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. Abaixo os principais valores compromissados em 31 de dezembro de 2013:

	1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações contratuais - Despesas	1.211.431	882.827	50.658	3.785.112	5.930.028
Obrigações contratuais - Investimentos	1.407.541	1.616.823	124.561	2.186.389	5.335.314
Total	2.618.972	2.499.650	175.219	5.971.501	11.265.342

O principal compromisso se refere a PPP São Lourenço, vide Nota 13 (j).

29 Informações suplementares aos fluxos de caixa

	2013	2012 Reapresentado
Total das adições do intangível conforme Nota 13	2.750.319	2.651.018
Itens que não afetaram o caixa (ver composição abaixo)	(445.288)	(642.319)
Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	2.305.031	2.008.699
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:		
Juros capitalizados no período	205.012	283.016
Empreiteiros	(4.887)	67.631
Compromissos de contratos de programas	28.197	75.434
Arrendamento Mercantil	166.718	166.166
Margem de construção	50.248	50.072
Total	445.288	642.319

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Eventos subsequentes

(a) Programa de Incentivo à Redução de Consumo de Água da Sabesp

Após ser aprovado em caráter emergencial pela ARSESP por meio da Deliberação 469/2014, a SABESP adotou um incentivo econômico para estimular moradores da Grande São Paulo a reduzir o consumo de água. A medida foi adotada por causa do calor recorde e da inédita falta de chuvas no Sistema Cantareira, que está em nível crítico e abastece quase 10 milhões de pessoas.

Os clientes que reduzirem em pelo menos 20% o consumo médio de um período de 12 meses: de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014, irão receber desconto de 30% na conta. Esse abatimento será aplicado sobre um valor menor, já que a diminuição no consumo resultará em uma fatura mais barata para a aplicação do benefício.

A medida vale para residências, comércios e indústrias abastecidos pelo Sistema Cantareira: toda a zona norte e o centro de São Paulo, parte das zonas leste e oeste da capital, Barueri, Caieiras, Carapicuíba, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapevi, Jandira, Osasco e Santana de Parnaíba. Em Guarulhos e São Caetano do Sul, também atendidos pelo Cantareira, a distribuição é responsabilidade das prefeituras, que compram água da SABESP. Caberá aos serviços municipais a decisão sobre a concessão do incentivo.

O benefício terá validade para as contas dos meses de referência de fevereiro a agosto, que chegarão aos consumidores de março a setembro. Para Santana de Parnaíba, a medida será aplicada nos meses de referência de março a agosto, com a chegada da fatura entre abril e setembro.

(b) Revisão Tarifária - ARSESP

A ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, por meio de sua Deliberação nº 463, de 09 de janeiro de 2014, alterou o cronograma para desenvolvimento das etapas D2, D3, D4 e D5 constantes da Deliberação ARSESP nº 434, de 31/10/2013, referente à primeira Revisão Tarifária da SABESP, e definiu como 10 de abril de 2014 a data da publicação do Preço - Máximo Inicial (P0) e Fator de Eficiência (Fator X) definitivo, para o ciclo tarifário iniciado em 11 de agosto de 2012, estabelecendo as seguintes datas para as etapas remanescentes:

- i. Etapa D2 - Divulgação pela ARSESP das propostas para o Preço Máximo Inicial (P0) e Fator de Eficiência (Fator X) definitivo, e abertura de consulta pública com convocação de audiência pública em 11/02/2014;
- ii. Etapa D3 - Realização de Audiência Pública em 12/03/2014 e encerramento da Consulta Pública prorrogada para 19/03/2014, conforme noticiado em seu sítio na internet;
- iii. Etapa D4 - Publicação dos resultados relativos ao Preço Máximo Inicial (P0) e Fator de Eficiência (Fator X) definitivo e do relatório consubstanciado sobre as contribuições da consulta pública em 10/04/2014; e
- iv. Etapa D5 - Publicação do cronograma para definição e implantação da nova Estrutura Tarifária da SABESP em 10/04/2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Assinatura de contrato de prestação de serviços com o Município de Diadema.

Foram assinados, em 18 de março de 2014, (i) acordos judiciais nas ações promovidas pela Sabesp contra o Município de Diadema e a Saned - empresa municipal, e (ii) contrato para a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Diadema, com vigência de 30 anos a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, mediante celebração dos competentes termos aditivos, nos termos da lei.

A ARSESP autorizará as tarifas e homologará a tabela de preços proposta pela SABESP, bem como definirá a estrutura tarifária, observadas as diretrizes da Lei 11.445/07 e do Decreto Estadual 41.446/96, das normas que vierem a substituí-las e da legislação correlata. A partir da data da assunção dos serviços pela SABESP, prevista para 31 de março de 2014, haverá a equiparação das tarifas do Município àquelas praticadas pela SABESP na Região Metropolitana de São Paulo, por meio de cinco reajustes reais anuais consecutivos, iniciando-se em período não inferior a 12 meses da assinatura do referido contrato.

Serão destinados R\$ 95.000 ao Município de Diadema, para a implementação de ações relacionadas ao saneamento ambiental no Município, necessárias ao cumprimento das metas de universalização. Tal valor será pago em duas parcelas de R\$ 47.500, sendo a primeira 30 dias após a assinatura do contrato e a parcela final doze meses após o pagamento da 1ª parcela, devendo essa parcela ser corrigida pelo IPC-IBGE. Esses valores serão depositados em conta específica, indicada pelo Município, o qual será responsável pela execução dessas ações, bem como pela regular prestação de contas, devendo fornecer semestralmente a relação das ações realizadas e dos respectivos valores. Os valores, enquanto não utilizados, deverão ser mantidos em aplicações financeiras e os respectivos rendimentos somente poderão ser utilizados na execução das ações mencionadas. Tais valores deverão ser computados pela ARSESP para fins de determinação do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

O contrato está sujeito às regulamentações da ARSESP, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico financeiro.

(d) Contratos de Programa

A Companhia renovou em 24 de março de 2014 Contrato de Programa de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário com os municípios de Itapevi, Piedade, Rosana, Lucélia, Parapuã e Jaborandi. Esses contratos tem vigência de 30 anos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, fundamentado em seus trabalhos, incluindo informações recebidas dos Administradores da Companhia, das Superintendências de Contabilidade, Jurídica e Auditoria Interna e da Auditoria Independente (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes), julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas. Em decorrência, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 27 de março de 2014.

Jerônimo Antunes
Coordenador

Reinaldo Guerreiro
Membro

Francisco Vidal Luna
Membro